



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

**Mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil em Moçambique: Mobilização, Papel e
Desmobilização (2013-2023)**

Albertina Alexandre Machava

Supervisor: Sérgio Chichava

Maputo, Abril de 2024

Albertina Alexandre Machava

Mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil em Moçambique: Mobilização, Papel e Desmobilização (2013-2023)

Trabalho de Fim de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Supervisor: Sérgio Chichava

Maputo, Abril de 2024

**Mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil em Moçambique: Mobilização, Papel e
Desmobilização (2013-2023)**

Albertina Alexandre Machava

Trabalho de Fim de Curso apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Mesa do Júri:

Presidente: _____

Supervisor: _____

Oponente: _____

Maputo, Abril de 2024

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	v
RESUMO	vi
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1 Estrutura do Trabalho	3
2. Objectivos do Estudo	3
2.1 Objectivo Geral	3
2.2 Objectivos Específicos	3
3. Justificação do Estudo	4
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 Mobilização das Mulheres para a Guerra	5
2.2 O Papel das Mulheres na Guerra	6
2.3 Desarmamento e Desmobilização	7
2.4. Reintegração Sócio-económica	8
2.5 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
2.5.1 Neo-institucionalismo	9
2.5.2 Neo-institucionalismo Histórico	10
2.6 QUADRO CONCEPTUAL	12
2.6.1 Guerra Civil	12
2.6.2 Mobilização	13
2.6.3 Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)	13
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	17
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	20
4.1 A “Segunda Guerra Civil” em Moçambique	20
4.2 Mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra Civil” em Moçambique: Razões para a Mobilização	22
4.3 A vida das mulheres nas bases da RENAMO: Qual era o papel das mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra civil”?	28
4.4 Acordos de Maputo e o processo de DDR	32
4.5 Desmobilização das Mulheres da RENAMO	34
4.6. Como é que as mulheres da RENAMO estão a ser reintegradas nas diferentes esferas da sociedade?	38

4.6.1 Reintegração Social.....	38
4.6.2 Reintegração Económica	41
4.6.3 Reintegração Política	48
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6.REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE.....	57
QUESTIONÁRIO	57
Papel.....	57
Desmobilização e Reintegração	58
Reintegração Social.....	58
Reintegração Económica	58
Reintegração Política	59

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra, que este trabalho do fim de curso nunca foi apresentado em nenhuma instituição, para a obtenção de qualquer grau académico e que o mesmo constitui resultado da minha investigação pessoal. Possuo conteúdo essencialmente original e todas as fontes consultadas estão citadas e mencionadas no texto e nas Referências Bibliográficas.

A Licencianda

Albertina Alexandre Machava

Maputo, Abril de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Alexandre Machava (*in memoriam*), a minha mãe Elsa Tivane que tudo fez para que este sonho se tornasse realidade, minha Avó Albertina Tivane (*in memoriam*) e a minha irmã Aldacina (*in memoriam*) que tanto confiaram e acreditaram em mim.

Ao meu irmão Afonso Machava e as minhas sobrinhas Guinha e Natália, que este trabalho vos sirva de inspiração e incentivo para que continuem a estudar!

AGRADECIMENTOS

Coragem e determinação são as linhas que tecem a cada capítulo deste trabalho. Sem apoio incontornável de algumas pessoas, esta empreitada científica não teria sido erguida. Por isso, agradeço infinitamente à Deus. Igualmente, agradeço a mim pela força demonstrada em todas as vezes que pensei em desistir, sobretudo quando me senti incapaz.

Agradeço ao meu professor e supervisor, Sérgio Chichava, pelo rigor científico demonstrado em cada etapa da pesquisa e pela prontidão na orientação bem como o apoio imensurável com vista a realização deste trabalho.

Ao meu co-supervisor Egídio Chaimite, expresso a minha profunda gratidão pelo acompanhamento permanente prestado desde o início até o fim desta empreitada académica, agradeço-o, sobretudo pela demonstração de paciência, disponibilidade e apoio para a redacção deste trabalho. Sou eternamente grata.

Ao Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), agradeço pela concessão de oportunidade de estágio profissional no período de Abril de 2023 a Março de 2024, que por meio do qual consegui pesquisar o tema deste meu trabalho. Os agradecimentos são aos colaboradores desta instituição dada a harmoniosa convivência tida este período.

De igual modo, agradeço aos docentes do Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos que contribuíram para a minha formação humana e profissional.

À minha família, agradeço por estar comigo nesta longa caminhada. Pelo suporte demonstrado agradeço do fundo do meu coração: à prima Vânia, só tu sabes como tudo aconteceu desde o início, à minha “bro”, tia Florência e Anastácia que sempre acreditaram em mim e aos meus tios Olfá e Carlitos, o meu muito obrigada por tudo.

Aos participantes da pesquisa, por me terem recebido muito bem e pelos dados importantes que ajudaram para elaboração do trabalho.

À minha turma de ciência política, muito obrigada por tudo em especial ao meu grupo “Família 2B” Alexandre Zua, Clara Langa, Leila Nhavoto, Assucena Cau e Marcelino Manguene, vocês marcaram indelevelmente o meu percurso desde o primeiro dia até ao último dia de aulas. Muito obrigada por todos os momentos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACHM- Acordo de Cessação de Hostilidades Militares

AGP - Acordo Geral de Paz

DDR - Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DF- Destacamento feminino

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FDS - Forças de Defesa e Segurança

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GTCDDR - Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos

NUIT- Número Único de Identificação Tributaria

ONU - Organização das Nações Unidas

ONUMOZ - Operação das Nações Unidas em Moçambique

PRM - Polícia da República de Moçambique

RDC - República Democrática do Congo

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RESUMO

Moçambique foi considerado como um bom exemplo de pacificação, depois da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Entretanto, devido a falhas decorrentes deste acordo, como o desarmamento incompleto da guerrilha da RENAMO e a não fixação das pensões dos ex-combatentes, o país voltou a viver momentos de tensão, iniciando desta forma, um novo conflito político-militar entre 2013 e 2014. Em Moçambique, a participação das mulheres em conflitos armados tem vindo a crescer, devido a ideia da emancipação e igualdade de género, e desde a independência se tem registado casos de mulheres que ocupam cargos de liderança, quebrando desta forma, a ideia de que a mulher é apenas vítima de conflito. Diante desta constatação, este estudo, analisa as experiências das mulheres da RENAMO na “Segunda guerra Civil” em Moçambique (2013-2023), descrevendo as causas para a mobilização ao conflito, o papel desempenhado e por fim o processo de desmobilização, com destaque para a reintegração nas diferentes esferas da sociedade, que se afigura como um desafio diário para as mulheres da RENAMO. Os dados apresentados nesse estudo, foram recolhidos através da combinação de diferentes técnicas, desde a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas, envolvendo diferentes actores. Os resultados da pesquisa, indicam que processo de DDR acordado em 2019 é insustentável, pelo facto de apenas incluir mulheres que possuem armas, excluindo desta forma, as mulheres que participaram do conflito exercendo outros papéis. Um dos maiores problemas do processo de DDR, é o atraso na fixação das pensões e o incumprimento das promessas feitas aquando da sua assinatura.

Palavras-chave: Mulheres, Segunda Guerra Civil, DDR, Moçambique.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Depois de quase duas décadas de paz (1992-2012), o país voltou a guerra. Entre 1976 e 1992 a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e o governo liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) estiveram envolvidos em um conflito armado que viu o seu fim marcado pela assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, que previa o desarmamento dos combatentes de ambas as partes e a integração de uma parte das forças da FRELIMO e da RENAMO num único exército nacional, como também a reintegração social e económica de todos os militares desmobilizados (Cossa & Palik, 2023).

Entretanto, pelo facto de o AGP não ter criado uma real democratização, Moçambique voltou a viver momentos dramáticos entre 2013 e 2014, quando dois beligerantes se confrontam de militarmente (Chichava, 2015).

A 4 de Abril de 2013, quatro polícias e um militante da RENAMO foram alvejados mortalmente num ataque contra uma esquadra da polícia em Muxungué, província de Sofala. Os conflitos instalaram-se na região e atingiram um ponto culminante com o ataque a base de Satunjira em Outubro do ano de 2013, onde o presidente da RENAMO Afonso Dlhakama estava instalado. Os ataques intensificaram-se sobretudo quando se aproximou o período da realização das quartas eleições autárquicas, em Novembro de 2013 (Chaimite, 2014). Tal como em 1992, que foi assinado o AGP com o objectivo de colocar fim à guerra, em 2014, foi negociado e assinado um novo acordo de paz, o Acordo de Cessação das Hostilidades Militares (ACHM), pouco antes das eleições gerais em Outubro do mesmo ano. No entanto, os resultados das eleições de 2014 foram contestados e como consequência o acordo acabou sendo de curta duração, com o ressurgimento da violência já no ano de 2015.

Entre Agosto e Setembro de 2016, as partes (FRELIMO e RENAMO) retomaram o diálogo através de uma comissão mista. No entanto, enquanto decorria o diálogo, ainda existiam ataques, raptos e assassinatos de políticos da oposição, particularmente da RENAMO. A 06 de Agosto de 2019, após mais de 116 rondas de negociação (2012-2019), foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. Este acordo visava eliminar as hostilidades político-militares e sanar todas as lacunas relacionadas ao AGP e cessação definitiva das hostilidades militares, o processo de Desarmamento, Desmobilização e

Reintegração (DDR), as reformas políticas relacionadas com a descentralização e a reforma do sector da segurança (Cossa & Palik, 2023).

Neste acordo, estava prevista a desmobilização de cerca de 5221 guerrilheiros da RENAMO dos quais 257 eram mulheres. Este número inclui apenas mulheres que possuíam armas. As mulheres que desempenharam outros papéis e participavam indirectamente no conflito não eram consideradas elegíveis para receber apoio directo à reintegração. Por isso, as mulheres estavam em menor número comparativamente aos homens, constituindo desta forma apenas 4,56% dos beneficiários do DDR (*idem*). Esta pode ser considerada como uma das grandes falhas do processo de DDR, por pensar que pelo facto de as mulheres não terem pegado em armas, não sofreram na mesma intensidade que os homens.

Embora, a RENAMO tenha tentado incluir todas as mulheres que estavam nas suas bases, o governo rejeitou a proposta sob a alegação de que as mulheres que sabem manusear e disparar uma arma é que deveriam ser contempladas. Para além disso, o considerou-se que havia um limite máximo de beneficiários que podiam ser atendidos. Entretanto, alguns defendiam que os efectivos a serem desmobilizados foram indicados pela RENAMO, sendo esta conhecedora dos mesmos, e ao Governo, coube apenas aceitar (IMD, 2023).

Na verdade, o processo de DDR foi lançado de maneira estratégica no dia 06 de Outubro de 2018, para viabilizar o processo eleitoral cuja votação decorreu quatro dias depois em 53 cidades e vilas autárquicas (Beula, 2020). Depois do processo eleitoral, passaram cerca de oito meses até que o DDR fosse retomado em uma cerimónia simbólica no Posto Administrativo de Savane, distrito de Dondo, em Sofala, que contou com a presença do presidente da República Filipe Nyusi e o líder da RENAMO Ossufo Momade. Cerca de 38 guerrilheiros da RENAMO entregaram as suas armas, e de troca, receberam roupa, material de construção e dinheiro equivalente a três meses de compensação, cujos valores variam em função da patente de cada um. O pagamento de ordenados vai até 12 meses, um incentivo para adesão ao processo (Beula, 2020).

Questionamentos sobre a credibilidade dos programas de DDR persistiram, por parte dos guerrilheiros da RENAMO e da sociedade no geral, até que após quatro anos do início deste processo, no dia 15 de Junho de 2023 foi encerrada a última base da RENAMO em Vunduzi no distrito de Gorongosa, na qual foram desmobilizados cerca de 350 guerrilheiros, dos quais 100

eram mulheres (Magaia, 2023). Ora, pouco se sabe sobre a participação das mulheres nos conflitos armados em Moçambique, daí que, neste trabalho procura-se analisar as experiências das mulheres da RENAMO na “segunda guerra civil”, desde as suas motivações para a adesão ao conflito, até ao processo de desmobilização e reintegração.

Diante deste debate, surgem as seguintes questões:

De que forma as mulheres da RENAMO participaram na “Segunda Guerra Civil”?

Qual foi o seu papel?

Como foi o processo da sua desmobilização e reintegração?

1.1 Estrutura do Trabalho

O trabalho começa justificando a pertinência deste estudo, seguido por uma breve revisão de literatura, com enfoque para as teorias de mobilização das mulheres para a guerra, seu papel na guerra e processos de sua desmobilização e reintegração. A seguir apresenta-se o quadro teórico e conceptual e a metodologia mobilizados para este estudo. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa.

2. Objectivos do Estudo

2.1 Objectivo Geral:

- Analisar as experiências das mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil em Moçambique (2013-2023)

2.2 Objectivos Específicos:

- Descrever as principais motivações que levaram a mobilização das mulheres da RENAMO para a Segunda Guerra Civil em Moçambique
- Examinar o papel das mulheres da RENAMO na Segunda guerra Civil em Moçambique
- Analisar o processo de Desmobilização e Reintegração das Mulheres da RENAMO nas esferas política, económica e social

3. Justificação do Estudo

A formulação do tema deste trabalho do fim do curso, deve-se ao facto de ser imprescindível estudar sobre as dinâmicas da guerra e construção da paz em Moçambique. Entretanto, este trabalho visa analisar a experiência das mulheres da RENAMO na “segunda guerra civil” em Moçambique, para perceber de forma mais profunda, as suas motivações para a adesão ao conflito, assim como os processos de desmobilização e reintegração.

O trabalho tomou como dimensão temporal período entre 2013 e 2023, por ser o tempo em que decorreu a “segunda guerra civil”, seguido do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos ex-combatentes da RENAMO. Assim sendo, estudar as mulheres da RENAMO na segunda guerra civil ajudaria a subsidiar os estudos já existentes sobre a participação das mulheres nos conflitos armados em Moçambique.

O processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração tem levantado grandes debates, desde o encerramento da última base da RENAMO em Junho de 2023. Entretanto, o trabalho possibilitará compreender de forma mais exaustiva sobre a participação das mulheres da RENAMO na segunda guerra civil, e de seguida perceber o seu envolvimento nos processos de DDR, com destaque para a componente da Reintegração que é a mais ampla.

Quanto aos locais escolhidos para a execução da pesquisa, primeiro tem que ver com o facto de o distrito de Gorongosa ser o local onde ocorreu o conflito e igualmente o processo de desmobilização. As cidades de Chimoio e Beira são os locais para onde foi a maior parte das ex-guerrilheiras, depois da desmobilização. Segundo, porque o estagio permitiu que viajasse para esses locais e de igual modo colher informações relevantes para a pesquisa.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Tendo em conta a temática que é sobre a participação das Mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil em Moçambique, a literatura apresentada, versa sobre as mulheres na guerra, desde a mobilização, o seu papel na guerra e igualmente o processo de desmobilização e reintegração.

2.1 Mobilização das Mulheres para a Guerra

As mulheres entram nas forças de combate de diferentes maneiras, incluindo o recrutamento voluntário, rapto ou pressão de grupos. Em alguns países como Suécia, Dinamarca e Noruega, as mulheres escolhem o envolvimento nas forças armadas como carreira, e nestes casos elas são consideradas altamente competentes e lutadoras respeitadas (Veale, s.d).

Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a mobilização dos homens para a frente da batalha implicava a mobilização das mulheres. As associações feministas e outras, apelavam e agrupavam as mulheres das classes mais elevadas para a criação de formas e estruturas de apoio às populações carenciadas, e para o envio de alimentos e agasalhos para os homens na frente e nos campos, ao incremento de madrinhas de guerra, que se aplicava como estrutura de apoio psicológico, considerado dever patriótico (Neves, 2015).

Na Colômbia, existe um movimento das Forças Armadas Revolucionárias (FARC), que a sua composição consistia em 40% das mulheres em toda a sua estrutura e em algumas frentes, 50%. A maioria das mulheres que entravam na guerrilha, procuravam se distanciar das fragilidades a que eram expostas em suas famílias, como a submissão aos seus pais e maridos. Para as mulheres mais pobres, a guerrilha era um ambiente de maior igualdade e oportunidades do que em outros espaços da Colômbia (Fontaniello, 2021).

As mulheres Curdas, ganharam destaque internacional, em função do seu protagonismo no enfrentamento armado contra o estado Islâmico, principalmente no Iraque e na Síria. A guerra mostrou para o mundo que a capacidade dessas mulheres não se limita à luta armada. As Curdas, estão na linha de frente da luta do seu povo por democracia, liberdade para as mulheres e a construção de um modelo de economia alternativa. Essa luta tem cerca de 40 anos, quando as Curdas foram viver nas montanhas, pegaram armas e começaram a questionar frontalmente o modelo patriarcal e repressivo sob o qual viviam até então (Weissheimer, 2016).

As mulheres estiveram envolvidas em zonas de conflito como Angola, Serra Leoa, Uganda, Burundi, República Democrática do Congo (RDC), Eritreia e Etiópia, entre outras. Na zona de

conflito, como no exército de Uganda, as mulheres são raptadas e forçadas a uma posição de escravidão sexual e servem, sem dúvida, como máquinas de reprodução para uma nova geração dentro dos grupos armados (*idem*).

Para o caso de Moçambique, durante a luta de libertação, em 1965 por solicitação das próprias mulheres, nasceu o Destacamento Feminino (DF) sob a necessidade de defesa e mobilização das populações das zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo regime colonial. As mulheres que se oferecessem para o treinamento, já tinham uma experiência de trabalho com as populações das zonas de guerra (Casimiro, 1986). As estruturas político-militares não estavam organizadas em função da participação da mulher na luta, e houve necessidade de remodelação, com vista a organizarem-se campos de treinos próprios e bases militares para o treinamento das mulheres (*idem*).

Por outro lado, durante a guerra dos 16 anos, as mulheres iam parar às bases através do rapto, que na maioria das vezes se seguia aos ataques. Por vezes, elas eram raptadas quando iam ou voltavam da machamba, eram levadas até as bases no acto de carregar bens saqueados as populações ou das lojas (Muianga, 1996). As mulheres constituíram um grupo particularmente vulnerável, tendo estado sujeitas a diversas formas de violência (Feijó, 2021).

2.2 O Papel das Mulheres na Guerra

A participação das mulheres em situações de conflitos, está ligada muitas vezes à posição de vítima, no entanto, esse papel foi se modificando com o passar do tempo (Ramos, 2018).

As evidências e o reconhecimento de que as mulheres estão activamente envolvidas na luta durante o conflito são crescentes. Embora a participação feminina varie amplamente em instituições militares autorizadas a usar a força, como os exércitos regulares, e em atores não estatais, como os exércitos irregulares, elas tendem a representar 10% e um terço de ambos os tipos de forças. Além das funções de combate, as mulheres soldadas podem ser cozinheiras, porteiras, administradoras, enfermeiras, espiãs, parceiras e escravas sexuais de soldados homens. As mulheres também apoiam a guerra como civis, por exemplo, transmitindo discursos de ódio e instalando o ódio contra grupos inimigos nas novas gerações, contribuindo assim para a militarização dos homens e da sociedade (Bannon, 2005).

No entanto, nota-se que devido às condições estruturais e culturais, os conflitos e os combates foram e ainda são associados à masculinidade, através da ideia de que os homens são

considerados agressivos, corajosos, portadores de armas e dignos de recompensas, enquanto as mulheres mantêm-se em posição inferior, em condição de vítima, marginalizadas e limitadas nos processos agenciadores de paz (Tickner 1997 *apud* Pacheco, 2018). Nos próprios grupos, essas combatentes tem a sua presença utilizada como propaganda dos combatentes e também para justificar os ideais da guerra. Consequentemente, a realidade da presença das mulheres nas guerras torna-se bastante oculta ou distorcida, reduzida a imagens, anedotas, relatos dispersos sem unidade, fragmentações de uma história que deve ser construída (Jonas & Villanueva, s.d). É neste contexto, que as mulheres, pelo seu papel enquanto socializadoras, são transformadas como guardiãs de valores culturais, sociais e religiosos. Contudo, as evidências demonstram que o seu papel extravasa a função de esposas e mães, aparecendo em funções operacionais: operações de patrulhamento, de aplicação da lei e controlo da moralidade islâmica, em actividades de supervisão, na recolha de informações, em tarefas de recrutamento ou até mesmo funções de edificação e funcionamento do Estado, por exemplo na reabertura de hospitais ou orfanatos e na área da educação (Spencer,2016 *apud* Feijó, 2021).

2.3 Desarmamento e Desmobilização

O desarmamento e a desmobilização dos ex-combatentes deverão ser implementados nas fases iniciais do processo de paz, e os programas de reintegração devem estar prontos para implementação, quando os antigos combatentes dispensados chegarem às áreas de assentamento pretendidas. No entanto, devem ser feitos todos os esforços para desenvolver um plano abrangente de desarmamento, desmobilização e reintegração durante as negociações de paz (United Nations, 1999).

A inclusão das mulheres nos programas de DDR demonstra como a questão de género é transversal e perpassa as mais diferentes áreas. Se há tempos, acreditava-se que apenas os homens combatentes necessitavam de qualquer programa de DDR, actualmente uma análise detida dos papéis desempenhados por mulheres durante e após um conflito demonstra que as mulheres não só sofrem de maneira diferente do que os homens, como são directa e brutalmente atingidas pelo conflito e pelas situações adversas que o sucedem (Carvalho & Portella, 2017).

Em Moçambique, a desmobilização teve o seu início no dia 10 de Março de 1994. Inicialmente, o governo e a RENAMO adoptaram diferentes abordagens de desmobilização. O governo manteve um ritmo lento de acantonamento e uma taxa moderada de desmobilização, a

RENAMO, por outro lado manteve uma elevada taxa de acantonamento, embora não tenha, na prática desmobilizado os seus homens (Vines, 2013).

As ex-combatentes tendem a receber atenção insuficiente como beneficiárias e raramente se tornam participantes activas nas negociações mesmo quando são incluídas nos programas de DDR. A falta de atenção com as mulheres e a sua integração nos processos de DDR é problemática, pois os estudos mostram que as mulheres contribuem para as actividades de grupos não-estatais de uma ampla variedade de formas. Em Moçambique, por mais que o programa de DDR de 2019 seja mais inclusivo em relação ao programa de 1992, as mulheres continuaram sendo excluídas na adjudicação do programa e continuam, deste modo actuando como beneficiárias de apoio e não como intervenientes com poder de decisão (Cossa & Palik, 2023).

2.4. Reintegração Sócio-económica

A reintegração económica, está directamente ligada a reintegração social. As mulheres que são bem recebidas, são automaticamente reintegradas ao passo que, se uma mulher é bem recebida pelo marido, tem acesso livre á terra por ele controlada e deste modo começa a trabalhar na machamba da família, no caso das mulheres solteiras, elas geralmente trabalham na machamba do pai (Muianga, 1996).

A maior parte das ex-combatentes é mais pobre do que outras mulheres, isto ocorre porque as mulheres combatentes não têm experiência na vida civil. As mulheres ex-combatentes passam a vida no exército, mas outras mulheres na área urbana têm acesso a educação e aprendem desde quando crianças, o que as leva a ter um bom estatuto e modo de vida (Veale, s.d).

No caso de Moçambique, contrariamente da desmobilização que terminou no final de Agosto de 1994, a reintegração social e económica dos combatentes desmobilizados foi um processo em aberto. Para ajudar aos ex-combatentes, foi instituído no início de 1994 um esquema de apoio á reintegração de apoio mensal durante dois anos em dinheiro, a ser pago durante seis meses pelo governo e 18 meses pela comunidade doadora, seus direitos e deveres como civis e foram, igualmente oferecidos uma formação profissional (Vines, 2013). Tiveram também a oportunidade de escolher um lugar no qual quisessem ficar e receberam um pacote de roupas civis e transporte para o local escolhido. O subsídio mensal estava relacionado com o seu último salário e era pago a um banco local, embora isso não fosse fácil para a RENAMO (*idem*).

Desde a década de 1990, as mulheres só foram incluídas em aproximadamente um terço de todos os programas de DDR. Como consequência, as mulheres e as raparigas perderam em grande parte o apoio potencial fornecido através do DDR. Esta omissão pode prejudicar mulheres e raparigas em comunidades onde membros de grupos armados estão a reintegrar-se (Donnelly, 2022).

Devido ao pressuposto de que os homens são violentos e as mulheres pacíficas, as mulheres e as raparigas serão desligadas das preocupações de segurança pós-conflito e, em vez disso, vistas como “problemas sociais”, enquanto os homens são vistos como ameaças ou preocupações de segurança (*idem*).

Os combatentes da RENAMO, também reclamaram na altura sobre a exclusão dos benefícios de reintegração integral porque não eram elegíveis para pensões, uma vez que não tinham tido os subsídios de pensão deduzidos dos seus salários como as tropas do governo (Vines, 2013).

2.5 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As teorias são imprescindíveis para a realização de uma pesquisa. No entender de Kerlinger (1980), teoria é um conjunto de conceitos, definições e proposições que se relacionam e apresentam uma visão sistematizada de fenómenos, especificando relações entre variáveis, com o objectivo de explicar e fazer uma previsão dos eventos decorrentes de uma realidade. Para o presente trabalho, a teoria que vai sustentar o estudo é o Neo-institucionalismo.

2.5.1 Neo-institucionalismo

Para falar do *neo-institucionalismo*, importa em primeiro lugar saber o que é uma instituição. Uma instituição é definida como um conjunto de regras e práticas duradouras e organizadas que são incorporadas em estruturas de significado e recursos que variam mediante a rotatividade dos indivíduos e relativamente resilientes às preferências e expectativas dos indivíduos e às mudanças nas circunstâncias externas (Marchar & Olsen, 1984).

Segundo Hall e Taylor (2003), *o neo-institucionalismo* é um termo utilizado na ciência política, para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e também muitas críticas. Existe uma grande confusão no que diz respeito ao sentido preciso do termo, as diferenças que o distinguem de outros sentimentos, e ao tipo de esperanças e de problemas que ele suscita, e grande parte desta confusão desaparece quando se admite que este, não é uma corrente de pensamento unificada, e traz consigo três versões, que são: Neo-institucionalismo Histórico,

Escolha racional e Sociológico. Entretanto, este estudo terá como base de sustento, o neo-institucionalismo histórico.

2.5.2 Neo-institucionalismo Histórico

O *neo-institucionalismo histórico* desenvolveu-se como resposta às teorias da política do funcionalismo estrutural, proeminente na ciência política durante a década de 1960 e 1970, buscando um maior esclarecimento na relação entre a dinâmica política e a económica dentro da sociedade. Parte-se do princípio de que as instituições determinam o comportamento colectivo, e não o princípio funcionalista de que a somatória de acções individuais ou de determinados grupos levaria a uma melhor compreensão das relações políticas de um determinado lugar (Hall & Taylor, 1996). Este modelo, procura trazer uma dimensão temporal, para explicar a maneira como o passado implica o presente e o futuro, sem se esquecer de que os indivíduos são dotados de escolhas (Hall & Taylor, 2003). Procura também, analisar a forma como as instituições afectam o comportamento do individuo e elucidam o papel desempenhado pelas instituições no processo da determinação dos resultados sociais e políticos.

A perspectiva escolhida é histórica, pois ajuda-nos a explicar fenómenos de longa duração, e pode ser considerada uma corrente híbrida-incorporando tanto a perspectiva cultural, como a perspectiva calculista. Os teóricos desta perspectiva sustentam que a acção humana é instrumental e, com isso, os indivíduos tendem a maximizar os seus resultados. O neo-institucionalismo compreende quatro características: primeiro, conceitua a relação existente entre as instituições e o comportamento individual em termos gerais.

Em segundo lugar, dá-se ênfase às assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento institucional. Terceiro, forma uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajectórias, as situações críticas e as consequências imprevistas. E por último, busca combinar explicações da contribuição das instituições a determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de factores, como as ideias e esses mesmos processos (Hall & Taylor, 2003).

O neo-institucionalismo histórico, pode também ser explicado por meio de um argumento estrutural. Os defensores desta perspectiva, sustentam uma visão particular do desenvolvimento institucional, que dá ênfase a trajectória histórica –*path dependence*, as conjunturas críticas –*critical junctures* e as consequências imprevistas. A ideia de que uma decisão tomada em

determinado momento no passado por um grupo de actores tende a se desdobrar historicamente, influenciando sua revisão ou reforma no presente por meio de uma variedade de mecanismos, que vão desde instituições políticas concretas até padrões de associações de interesses (Hall & Taylor, 1996).

Analisar instituições, com base para as trajetórias percorridas (path dependence) e as características de cada contexto institucional, permite identificar as origens das instituições, seu processo de implementação e mudança institucional. Por outro lado, permite perceber como as “políticas herdadas” estruturam decisões subsequentes e como as políticas adoptadas no passado vão condicionar as políticas subsequentes (Hall & Taylor, 2003).

A partir deste argumento, podemos destacar o programa de DDR de 1992 e 2019 em Moçambique, com foco para o envolvimento das mulheres. O programa de DDR instituído em 1992, não conseguiu em grande parte, responder aos interesses ou necessidades específicas das mulheres. As mulheres não estiveram envolvidas, nem nas negociações, nem na implementação dos programas de DDR, apesar de terem participado da guerra dos 16 anos, pelo facto de serem vistas como agentes sem capacidade para dar forma ao programa de DDR e aos potenciais resultados. Entretanto, o programa de DDR de 2019, corrigiu algumas falhas de 1992, incluindo os pilares da família, do individuo e da comunidade, fornecendo oportunidades para algumas mulheres beneficiarem de apoio socioeconómico que o programa de DDR disponibiliza (Cossa & Palik, 2023).

O actual programa de DDR, pode ser considerado como herança do DDR instituído em 1992, pelo facto de incluir apenas mulheres que possuem armas, excluindo desta forma, as mulheres que participaram do conflito exercendo outros papéis. Estes acontecimentos, vão de certo modo, enriquecer os estereótipos da superioridade do homem com relação a mulher, pois em ambos programas de DDR o homem foi prioridade.

Portanto, a aplicação das lógicas das conjunturas críticas e da dependência da trajetória ao caso de Moçambique, e em particular a análise do processo de implementação do acordo sobre o DDR, acreditamos serem ferramentas importantes para explicar os contextos, bem como os determinantes institucionais que moldam este processo. Por outro lado, as conjunturas críticas facilitam a identificação dos momentos em que ocorre um "afrouxamento" dos elementos institucionais, favorecendo transformações, enquanto que a dependência da trajetória ajuda a

definir os elementos institucionais que se mantem em vigor, dificultando estas transformações (Weimer & Bueno, 2003).

2.6 QUADRO CONCEPTUAL

Nesta secção, serão definidos conceitos importantes para a realização estudo, nomeadamente: Guerra Civil, Mobilização, Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

2.6.1 Guerra Civil- resulta da decisão de uma determinada sociedade em rebelar-se contra o Estado do País, numa lógica dicotómica de procura de algum ganho material ou político, ou de manifestação de um ressentimento (a célebre formulação colleriana do greed or grievance – ganância ou ressentimento), sendo claramente motivada mais pelo primeiro do que pelo segundo, e ficando assim garantida uma racionalidade económica de explicação (Collier & Hoeffler, 2000).

Na maioria das vezes, as guerras civis envolvem forças armadas regulares, mas no geral contam com a participação popular. Ao contrário da guerra entre países diferentes, em uma guerra civil não há luta contra ameaça externa; outra disputa que pode ser considerada por guerra civil é o conflito de um estado contra um grupo de opositores dentro do próprio território. Geralmente, as guerras civis envolvem forças armadas regulares, resultando no gasto excessivo de recursos e fazendo várias vítimas (Dias, 2019).

Para o caso de Moçambique, o termo “Guerra Civil” é amplamente usado no discurso académico e popular para descrever o conflito armado dos 16 anos, entre o governo de Moçambique e a RENAMO. Na altura, porém, a caracterização do conflito foi uma questão controversa, quanto mais não fosse como resultado da recusa de ambos os lados em conceder a mínima legitimidade ao oponente. Claramente, o conflito expôs características chave de uma guerra civil, envolvendo a disputa entre dois grupos organizados, principalmente dentro do território nacional de Moçambique, e, apesar da retorica do governo, foi realmente uma luta entre dois partidos (Darch, 2018). Historicamente, é possível e desejável construir uma periodização da guerra, mostrando como ela mudou ao longo do tempo de uma guerra movida primeiramente pelos designios dos governos minoritários da Rodésia e da África do Sul para desestabilizar Moçambique, para uma

guerra em que a RENAMO desenvolveu gradualmente a capacidade de tirar partido das políticas impopulares do governo e manter uma acção militar mais ou menos por conta própria (*idem*).¹

2.6.2 Mobilização – O processo de mobilização serve para criar uma cultura de participação que permite que as pessoas sejam tratadas como sujeitos em torno de um propósito comum, sendo que é da sua responsabilidade identificar quer seja os seus problemas ou necessidades e por último, as melhores soluções para resolver estes mesmos problemas. A mobilização não deve ser confundida com simples comunicados, nem com propagandas ou divulgações, mas sim ela exige acções de comunicação em seu sentido mais amplo, através das relações interpessoais e do diálogo (Sn,2008).

Mobilização Militar – é o conjunto de actividades organizadas, empreendidas e orientadas pelo estado, desde a situação de normalidade, com o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, para fazer frente a uma emergência resultante da ameaça de concretização ou efectivação de uma hipótese de emprego decorrente de agressão estrangeira (De Oliveira, 2022).

2.6.3 Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)

O DDR é uma série de acções com limite de tempo que se concentra em desarmar, desmobilizar e reintegrar de volta à sociedade, um grupo armado ou grupos de indivíduos armados com o objectivo de restabelecer o monopólio estatal da violência. Um DDR bem-sucedido é a componente-chave de uma transição eficaz de guerra-civil para a paz sustentada (Steenken, 2017).

O DDR compreende três etapas: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

Desarmamento

Durante o desarmamento, os soldados desistem individualmente de suas armas, munições e equipamentos associados antes da desmobilização. No entanto, essas armas e equipamentos podem ser destruídos ou realocados de acordo com os termos de um acordo de paz. A gestão

¹ Para mais detalhes, ver: Darch.Colin (2018), uma história de sucesso que correu mal? O conflito Moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique. Maputo,

responsável de armas inclui a redução da produção, aquisição e transferência de armas e a promulgação de medidas regionais para restringir o fluxo de armas além das fronteiras (Steenken, 2017).

Ball (2006), sustenta que o desarmamento compreende a recolha, documentação, controlo e eliminação de pequenas armas, munições, explosivos e armas ligeiras dos combatentes e, muitas vezes também da população civil. O desarmamento, inclui também o desenvolvimento de programas responsáveis pela gestão de armas.

Para United Nations (2000), o desarmamento, abrange a colecta de armas pequenas e armamentos leves e pesados dentro do conflito. Neste processo, agrupam-se os ex-combatentes de igual modo e desenvolvem-se programas de gerenciamento de armas, bem como o seu armazenamento seguro e sua destruição. Esta definição, entre em concordância com este trabalho, pois, verificou – se na realidade moçambicana, no âmbito do desmantelamento da última base da RENAMO, onde a última arma foi entregue ao Presidente da República, colocando daquela forma, o fim dos programas de DDR no país.

Desmobilização

Na desmobilização, cada parte do conflito começa a desfazer suas estruturas militares e os combatentes começam a sua conversão para a sociedade civil. Nesta fase, registam-se os ex-combatentes, dá-se assistência de modo a capacitá-los a suprir as suas necessidades básicas e sua libertação e transporte para as suas comunidades de origem. Pode ser seguida de uma nova e uniformizada força militar, esta fase pode ser realizada em diferentes cenários, como centros temporais, acantonamentos organizados, entre outros (United Nations, 2000).

Por outro lado, Ball (2006) sustenta que a desmobilização se refere a dispensa formal e controlada de combatentes activos das forças armadas ou de outros grupos armados. Argumenta ainda que, a primeira fase da desmobilização pode estender-se desde o processamento de combatentes individuais em centros temporários, até a concentração de tropas em campos designados para esse fim (centros de acantonamento, acampamentos, quartéis ou barracas).

Para Steenken (2017), a desmobilização é a fase em que os combatentes são transformados em civis. Este processo, inicia com a identificação de critérios de selecção e tratamento dos desmobilizados e termina com algum reconhecimento formal de dispensa no grupo militar ou

armado a que os indivíduos pertenciam. O processo de desmobilização pode ser curto, variando de um a cinco dias, ou pode ser longo, precedido de um período de espera ou procedimento provisório de estabilização se as partes desejarem desta forma. Em Moçambique, os programas de DDR foram de longo prazo, tendo iniciado oficialmente em Junho 2020 e terminado três anos mais tarde, em Junho de 2023 com o desmantelamento da última base da RENAMO.

Portanto, a definição de Steenken (2017), tem melhor adequação ao trabalho, pois, em Moçambique os programas de DD foram de longo prazo, tendo iniciado oficialmente em Junho de 2020 e terminado 3 anos mais tarde, em Junho de 2023, que culminou com desmantelamento da última base da RENAMO.

Reintegração

Processo pelo qual os ex-combatentes recuperam o seu estatuto civil e obtêm emprego e rendas sustentáveis. É um processo social e económico com um período de tempo aberto, que ocorre principalmente nas comunidades locais, como parte do impulso geral de desenvolvimento nacional na era pós-conflito (United Nations, 2000).

Na reintegração, os ex-combatentes adquirem o estado civil e ganham emprego e rendas sustentáveis. A reintegração é essencialmente um processo social e económico com um período de tempo aberto, que ocorre principalmente nas comunidades a nível local. Faz parte do desenvolvimento geral de um país e da responsabilidade nacional e muitas vezes necessita de assistência externa a longo prazo (Ball, 2006).

E para Steenken (2017), reintegração refere-se ao processo pelo qual ex-combatentes e suas famílias assimilam a vida social, económica e política em comunidades civis. O objectivo da reintegração é permitir que os ex-combatentes e suas famílias se tornem cidadãos produtivos e auto-sustentáveis que contribuem para a comunidade; a reintegração é um processo psicológico, social, político e económico.

- O aspecto Social da reintegração é a forma como o indivíduo é aceite na família, comunidade e sociedade na qual ele vive, e o grau até o qual a pessoa se sente parte da vida social (Kingama, 2020: 5);
- O aspecto económico, diz respeito ao (re) estabelecimento de uma vida legalmente sustentável (possivelmente através do emprego ou outras fontes de rendimento) e uma

qualidade de vida que se compara á outros elementos nas suas respectivas comunidades (*idem*);

- O aspecto Político, inclui o processo através do qual o ex-guerrilheiro e indivíduos anteriormente associados, se tornam envolvidos no processo de tomada de decisões ao nível da comunidade e no mais amplo processo político, sem ter que recorrer a violência (*idem*).

As três definições complementam-se e são adoptadas nesse trabalho na medida em que trazem consigo todas as componentes de uma reintegração, começando pela recuperação do estatuto civil, assimilação entre a vida social, económica e política; e pelo facto de a reintegração ser um processo a longo prazo.

O DDR tem como principal objectivo a reintegração sócio-económica de ex-combatentes, contribuindo desta forma para a paz sustentável, reconciliação da sociedade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo. É essencial que os ex-combatentes se afastem de papéis e posições desempenhados durante o conflito e se identifiquem como cidadãos e membros das comunidades locais. Isso requer a criação de alternativas políticas, meios de subsistência viáveis e perspectivas socio-económicas (UE,2006).

Para o caso de Moçambique, Kingama (2020) sustenta que o actual programa de DDR pode tirar lições de um processo idêntico ao de 1994 e de outras operações semelhantes em África, como de Angola, Namíbia, Somália, entre outros, mas devera também ser abordado a partir da perspectiva das actuais condições de Moçambique, incluindo desafios mais amplos de desenvolvimento, como as condições dos serviços e infraestruturas, as persistentes disparidades sócio-económicas e o uso e abuso do poder políticos a diversos níveis.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Nesta secção, apresenta-se a abordagem metodológica usada para a execução da pesquisa com destaque para análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Neves (1996) a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e a descodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Para a realização do estudo, combinou-se a análise documental, bibliográfica, e entrevistas semi-estruturadas.

A *análise documental* corresponde a investigação de documentos internos ou externos de instituições e é utilizada na pesquisa qualitativa como na quantitativa (Da Silva, 2015). Uma vez que o objectivo do trabalho é estudar as Mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil e igualmente o processo de Desmobilização e Reintegração, foi necessário em primeiro lugar usar documentos de extrema relevância para o estudo que comportam a legislação, como é o caso da Lei 13/92 de 14 de Outubro – Acordo Geral de Paz (AGP); a Lei 29/2014 sobre o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares (ACHM); a Lei 11/2019 que versa sobre o Acordo de Paz e Reconciliação nacional e o Decreto 12/2023 de 4 de Abril, que estabelece os benefícios de segurança social dos desmobilizados no âmbito do acordo de paz e reconciliação.

A *pesquisa bibliográfica* por sua vez, consistiu na selecção e levantamento do material bibliográfico existente sobre a participação das mulheres nos conflitos armados, desde teses, dissertações, artigos científicos e livros que versam sobre os conflitos armados a nível internacional, como a nível nacional com o objectivo de fazer uma análise de como é a participação das mulheres nos conflitos armados, bem como o processo de desmobilização e reintegração em diferentes contextos.

Numa primeira fase, o foco era aprofundar o conhecimento sobre a Junta Militar da RENAMO e o papel das mulheres envolvidas neste movimento, no entanto ao longo das nossas entrevistas, no âmbito do projecto sobre o *impacto dos conflitos militares nos direitos humanos dos jovens, mulheres e crianças do Vale do Zambeze*², percebemos que não existiam mulheres na junta militar da RENAMO e neste contexto surge a ideia de estudar sobre as mulheres da RENAMO na Segunda Guerra Civil e a seguir o processo de desmobilização e reintegração.

² Projecto de pesquisa do IESE, impacto dos conflitos militares nos direitos humanos dos jovens, mulheres e crianças no vale do Zambeze, tem como principal objetivo compreender o impacto dos conflitos militares nos direitos humanos dos jovens, mulheres e crianças. Trata-se de crianças, jovens e mulheres deslocados, vítimas de violência armada, física, psicológica e sexual no vale do Zambeze.

A primeira fase das entrevistas, deu-se no mês de Julho de 2023, nas províncias de Manica, concretamente no distrito de Gondola e na cidade de Chimoio, e igualmente na província de Sofala, no distrito de Gorongosa, onde através de entrevistas semiestruturadas e com base na técnica da bola de neve, obtivemos informações relevantes, concernentes ao conflito entre o governo e a RENAMO, e a seguir sobre as condições dos deslocados face ao conflito entre o governo e a Junta Militar da RENAMO.

A segunda fase, foi no mês de Setembro de 2023 nas mesmas províncias com maior foco em conversar com ex-combatentes da RENAMO do sexo feminino, com vista a obter informações sobre a sua entrada no conflito, até a sua saída (desmobilização e reintegração). Foram no total 27 mulheres entrevistadas, com faixa etária de 45 e 63, todas elas ex-combatentes e desmobilizadas da RENAMO.

Mas também, foram necessárias conversas com ex-combatentes do sexo masculino, de modo que nos mostrassem o seu posicionamento com relação a participação das mulheres da RENAMO na segunda guerra civil. De igual modo, conversamos com os delegados provinciais e distritais da RENAMO, e responsáveis pelo Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de modo que facultassem a localização e os contactos das mulheres desmobilizadas da RENAMO.

Além das entrevistas com os actores acima indicados, foi necessário entrar em contacto com instituições que já tinham feito estudos concernentes ao processo de DDR com vista a fornecerem-nos material que ajudasse a subsidiar a nossa pesquisa.

Um dos primeiros desafios para a realização das entrevistas, foi localizar e conseguir um momento de disponibilidade por parte das mulheres da RENAMO, porque a pesquisa deu-se no período das campanhas eleitorais, e maior parte das mulheres da RENAMO participa em actividades de mobilização a nível do partido, e aquele período foi muito tenso e com grandes correrias; Outro aspecto, foi a questão de algumas mulheres apresentarem dificuldades na comunicação em língua portuguesa, e uma das soluções foi ter que pedir ajuda de dois jovens nativos daquelas províncias para que ajudassem com a tradução.

Para a análise e interpretação dos resultados desta pesquisa, serão usados nomes fictícios, com vista a proteger a privacidade dos actores entrevistados.

3.1 Informação sobre os entrevistados

Local	Data	Número de entrevistados	Metodologia
Cidade de Chimoio	16 à 24 de Setembro de 2023	8	Entrevista presencial
Distrito de Vanduzi	18 de Setembro de 2023	2	Entrevista Presencial
Distrito de Gorongosa	23 à Setembro à 01 de Outubro de 2023	5	Entrevista Presencial
Cidade da Beira	02 à 06 de Outubro de 2023	11	Entrevista presencial

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, no âmbito deste trabalho, que versa sobre as mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra Civil”, centrando-se na mobilização, o papel e a desmobilização. Para esta análise, foi necessário em primeiro lugar, dar uma volta ao tempo, de modo a perceber o que deu origem a uma “segunda guerra civil” e de igual modo mostrar de que forma as mulheres da RENAMO aderiram a este conflito, o que faziam, como foi a sua saída e por fim, perceber de que forma estão a ser reintegradas nas diferentes esferas da sociedade.

4.1 A “Segunda Guerra Civil” em Moçambique

A este novo conflito, designamos por “segunda guerra civil” pelo facto de o governo da FRELIMO ter trazido conceitos como “tempo de guerra” que se refere a “todas as situações”, períodos ou actos ou confronto permanente, contínuo ou isolado, ou de conflito armado contra o inimigo ou de um estado de guerra declarado ou não. O outro conceito é o “Teatro de guerra” que foi definido como espaço terrestre, marítimo ou aéreo que (já) ou está na iminência de vir a estar envolvido em operações de conflito armado; e por último temos o conceito de “Teatro de Operações” que foi definido como a parte de um teatro de guerra que é necessária para desencadear operações militares ofensivas ou defensivas. Estes conceitos foram definidos e aceites na altura da promulgação da lei da amnistia 15/92 no âmbito da assinatura do AGP em 1992 e desde então nunca foram anulados (Igreja, 2015).

A “segunda guerra civil”, foi também resultado do fracasso da FRELIMO em aprovar algumas das medidas estabelecidas pelo AGP, nomeadamente a integração das Forças da RENAMO e da FRELIMO em um e único exército nacional. Por isso a guerra foi desencadeada para pressionar o governo a aceitar as suas propostas em geral (*idem*).

Como foi referido anteriormente, a guerra entre o Governo e a RENAMO, começou em 1976, e teve o seu fim em 1992, com a assinatura do AGP. A ONU desempenhou um papel central na implementação do AGP através de uma missão de manutenção da paz, a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) (Vines, 2013). No final da guerra, a RENAMO forneceu uma lista de 32.000 combatentes para a desmobilização que incluía algumas centenas de mulheres. O protocolo IV do AGP continha referências ao DDR, mas não no que diz respeito às

mulheres. Em 1994, cerca de 92000 soldados- 71mil da FRELIMO e 21mil da RENAMO tinham sido desmobilizados (Vines, 2021).

A ONUMOZ foi ordenada para monitorizar o acantonamento, desarmamento e desmobilização de quase 110,000 combatentes de ambos os lados, bem como a criação do novo exército e o reassentamento de 5 a 6 milhões de refugiados e pessoas deslocadas. O custo foi estimado a 331 milhões de dólares (1 milhão de dólares por dia) até o dia 31 de Novembro de 1993 (Vines, 2013)

A ONUMOZ recolheu pouco mais de 200.000 armas durante e após a desmobilização, mas nenhuma delas foi destruída (Vines, 2013). A falta de desarmamento abrangente significou que a RENAMO manteve um stock significativo de armas e munições e, muitas vezes ameaçou retornar ao conflito armado (Littlejohn, 2015).

Por mais que a falta de conflitos em larga escala, tenha feito com que Moçambique parecesse um caso bem-sucedido de transição da guerra para a paz, as discórdias não solucionadas persistiram, mesmo após a assinatura do AGP em 1992 (Cossa & Palik, 2023).

Aparentemente frustrado com o que estava a acontecer, e com a intransigência do presidente Armando Guebuza, em 2012, Afonso Dhlakama mudou o seu quartel-general para as montanhas da Gorongosa e permaneceu lá, pelo menos em parte por causa do que parecem ter sido graves tentativas do exército para o capturar ou matar (Darch, 2018).

No mês de Abril de 2013 registou-se uma nova deterioração, onde nove pessoas foram mortas num confronto entre apoiantes da RENAMO e o governo em Muxungué, na província de Sofala. A polícia alegou que a RENAMO estava a reunir um grande número de combatentes desmobilizados em Muxungué e transformá-la em uma base militar, e usou gás lacrimogéneo para limpar a área e fez 15 detenções. Desta forma, a RENAMO respondeu atacando o posto policial de Muxungue, no dia 5 de Abril de 2013, onde quatro polícias e um militante da RENAMO foram mortos(Vines, 2013).

As tensões políticas intensificaram no dia 21 de Outubro de 2013 quando as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) ocuparam a base de Satunjira depois da RENAMO se ter reunido outra vez para comemorar o aniversário da morte do André Matsangaissa, no dia 17 de Outubro (Vines, 2019). Dlhakama colocou-se em fuga para a base de Maringue, na qual os

homens armados da RENAMO permaneciam desde 1994 com a aceitação do governo, depois disso, a RENAMO perpetuou ataques de baixa intensidade contra centros específicos com o objectivo de tornar forte a sua posição negocial (Vines, 2019). Enquanto isso, as Forças armadas de Defesa de Moçambique cercavam o quartel-general onde vivia o Afonso Dlhakama (Timóteo, 2019).

Depois de meses de confrontos, a 05 de Setembro de 2014, foi assinado o “Acordo de Cessação de Hostilidades”, para permitir que os candidatos da RENAMO participassem nas eleições de Outubro do mesmo ano, porém, as tensões não pararam por aí, depois das eleições a RENAMO acusou a FRELIMO de fraude e supressão violenta da oposição, exigindo o controlo directo das seis províncias (inicialmente como “regiões autónomas”) onde teria alegadamente ganho, uma pluralidade de votos populares (Darch, 2018), com isso, o acordo acabou sendo de curta duração com o ressurgimento da violência em 2015.

4.2 Mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra Civil” em Moçambique: Razões para a Mobilização

Para estudar a participação das mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra Civil” em Moçambique, importa em primeiro lugar saber como era a sua vida antes de se juntarem ao conflito, como e quando elas entraram, qual era o seu papel, e por fim perceber como foi o processo de desmobilização e a reintegração nas diferentes esferas da sociedade.

Assim que as mulheres da RENAMO participaram na guerra dos 16 anos, boa parte da sua infância e adolescência, até a fase da juventude foi vivida nas bases, razão pela qual poucas voltaram a estudar, e como consequência possuem um baixo nível de escolaridade. Por esta razão, aderiu-se à prática da agricultura para garantir o seu sustento, conforme o relato, a seguir de uma das mulheres:

Antes de entrar na revolução³, eu só ia na machamba, depois entrei num projecto que tinha saído da visão mundial, nesse projecto eu visitava os doentes crónicos nas zonas, isso foi durante dois anos e depois entrei na revolução (Dulce, 07 de Novembro de 2023).

³ Termo usado pelos ex-guerrilheiros da Renamo, para se referir a “segunda guerra civil”.

Algumas mulheres realizavam tarefas domésticas com vista a dar apoio aos trabalhos de campo agrícola (machamba):

Eu trabalhava no quintal das pessoas, como meu marido morreu, eu trabalhava no quintal para ajudar na minha machamba. (Alice, 07 de Novembro de 2023)

Por outro lado, uma das informantes, sustenta que trabalhava como enfermeira no posto de saúde situada na sua localidade e também ajudava os doentes que se encontrava na sua residência, devido a experiência que obteve na guerra dos 16 anos:

Eu não fazia nada, de 2003 até 2009 eu trabalhava no posto de saúde de sinete, perguntaram na zona quem tinha experiência e depois fui para lá, depois saí porque não estava a ser dada nada porque era da RENAMO. Depois perguntei quem estava a dar essa ordem de trabalhar sem comer, mas não me deram resposta, quem estava a fazer esse trabalho era eu, depois voltei para casa, as pessoas depois vinham ser atendidas na minha casa, depois vieram reclamar. (Fátima, 07 de Novembro de 2023)

Devido às experiências obtidas durante a guerra, algumas mulheres da RENAMO continuaram as suas funções como enfermeiras, no entanto, não tiveram oportunidade de prosseguir com a carreira, por causa da falta de formação, e por conta disso tiveram que enfrentar inúmeras dificuldades financeiras ao longo dos anos, e isso fez com que a maior parte tivesse motivação para aderir ao novo conflito, com esperança de uma possível desmobilização e desta forma garantir uma base para o seu sustento.

As mulheres podem participar na guerra motivadas pelo desejo de vingar a morte de um ente querido, necessidade de se vingar de um abuso sofrido directamente ou motivada pela necessidade de repor um direito comunitário, ou ainda quando intimidadas ou obrigadas a fazê-lo (ISRI & MULEIDE, 2020).

Segundo Casimiro (2005), o Destacamento feminino, constituído por mulheres guerrilheiras nasceu por solicitação das mulheres, confrontadas pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo. Com

isso, podemos perceber que o envolvimento das mulheres nos conflitos armados, pode se dar de forma voluntária, quebrando a ideia de que estas engajam exclusivamente através do rapto.

Ao contrário da guerra dos 16 anos, em que maior parte ingressou ao conflito por rapto ou recrutamento forçado, na “segunda guerra civil” não houve recrutamento, o ingresso foi de forma voluntária, cada uma com os seus objectivos. Outras advogam que se juntaram ao conflito para reivindicar os seus direitos, porque em 1994, na primeira desmobilização com a ONUMOZ, foram prometidas que receberiam um subsídio de reinserção por um período de 18 meses, seguido de uma pensão de sobrevivência, mas nada do que havia sido prometido, concretizou-se, daí a necessidade de voltar as matas, como atesta a seguinte entrevistada:

Entrei em 2012, fomos ditos que todos aqueles que são militares tinham que voltar, porque aquilo que nos prometeram não foi cumprido. Fui com os meus colegas, ficamos e depois chegou o tempo de desmobilização. Houve treinamento, nos reciclaram porque já tinha treinado há muito tempo; eu treinei por um mês, treinamos junto com homens, treinávamos todos no mesmo sítio, não havia escolha. (Florência, 03 de Outubro de 2023, Beira).

Uma vez desmobilizadas em 1994, e com as promessas não cumpridas, as ex-combatentes não hesitaram em reivindicar junto às matas o que não estava a ser cumprido. Nota-se que uma vez que lutaram na guerra dos 16 anos, para este conflito não foi necessário fazer um treinamento intensivo, pois todas já tinham experiência do conflito anterior, o que se fez, foi uma recapitulação daquilo que foi na primeira guerra civil.

Por outro lado, algumas mulheres da RENAMO afirmam que tendo ingressado às bases da RENAMO ainda crianças na guerra dos 16 anos, até ao dia da desmobilização em 1994 ainda não tinham idade aceitável para participar daquele evento, daí que se encarou esta como uma oportunidade de reivindicar pelos anos passados nas bases da RENAMO:

Logo que iniciou em 2013, para eu entrar lá é porque tinha benefícios que não estavam a ser realizados, e depois entramos na revolução, as pessoas estavam a morrer. Os líderes começaram a conversar. A motivação que me levou a entrar para lá é que eu entrei na guerra quando tinha 12 anos e toda juventude acabou lá, entrei para reivindicar os nossos direitos, quem começou

foi o nosso líder, começou a dizer, quem quer, tem que vir aqui, como outras pessoas de 94 não desmobilizaram, aproveitaram essa revolução para reivindicar, porque nem outras coisas que assinaram em Roma, não estavam a ser realizadas, então foi melhor nós voltarmos (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

O facto de a juventude ter sido despendida nas bases da RENAMO durante a guerra dos 16 anos, impulsionou a mobilização das mulheres da RENAMO para a “segunda guerra civil”. Entre outros factores, a não desmobilização no ano de 1994 por causa da idade, e razões relativas à doença, infelicidades e assuntos familiares levaram com que as mulheres da Renamo aderissem ao conflito. O outro aspecto, é o facto de as mulheres da Renamo afirmarem que os ex-combatentes da oposição são tratados de forma diferencial apesar de o sofrimento registado durante a guerra ser o mesmo, conforme relata a seguinte informante:

Em 94 não desmobilizei, porque era criança, quando vieram ONUMOZ em nhaminga, eu fui para África do Sul e perdi a desmobilização. Quando viemos aqui é porque estávamos a sofrer mais do que aquilo, nós não somos considerados, coisas governamentais não consideram as mulheres da RENAMO, aqueles outros têm outros direitos, isso nos dói, sentimos (Glória, 04 de Outubro de 2023, Beira)

Por outro lado, nota-se que algumas mulheres não participaram da desmobilização por motivos familiares, e tendo passado muitos anos nas bases da RENAMO, sem nenhuma compensação, e encarou-se como uma oportunidade para poder reivindicar pelos seus direitos:

Em 94, eu saí fui perseguir meu pai em Zimbabwe, fiquei lá em Zimbabwe, fiquei não sei mais, minha mãe chegou de morrer no tempo da guerra, na base de Macoca, ficamos órfãs, daí fomos procurar a nossa família, só quando a guerra acabou, eu entrei em Zimbabwe, a procura do meu pai, depois o que aconteceu outra coisa, eu já tinha entrado em Zimbabwe, não fiquei, não fui desmobilizada. (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

Portanto, a não desmobilização em 1994 foi um dos motivos que levou a integração das mulheres no segundo conflito que opôs o governo e a RENAMO. Por outro lado, os membros da

RENAMO desapareciam em plena luz do dia, eram raptados e nunca mais voltavam, eram alvejados a tiro em suas residências (Mueia, 2016). Por causa das perseguições e sequestros, algumas ex-guerrilheiras tiveram medo de continuar a habitar em suas residências, e foram para a montanha, local onde sentir-se-iam mais seguras:

Eu já tinha medo de abrir a porta da minha casa quando alguém batia. Havia muitos sequestros. É por isso que eu fui na montanha (Laura, 20 de Setembro de 2023, Chimoio)

Ademais, quando acontecesse alguma irregularidade na comunidade, as principais suspeitas daquele evento eram as mulheres da RENAMO e sempre levadas à prisão. Entretanto, isso gerou um ambiente de medo por parte das mulheres, e conseqüentemente abandonavam as suas residências e refugiavam-se na montanha:

Eu estava a trabalhar em Canda, depois dispararam o chefe do posto e me culparam por ser militar da RENAMO, isso foi em Canda, Dormi um dia só na cadeia, depois Dlhakama ligou para Nyusi e me tiraram da cadeia, graças a Deus pude sair. Acabei duas semanas em casa, depois dormia no mato, em casa faziam comida e vinham me dar, eu ficava sozinha no mato. Depois liguei pra minha família do mato, depois foram me buscar com soldados no mato onde eu estava, isso foi em Agosto de 2016 e fomos a pé até na montanha, andamos mais de 5h de tempo. Quando cheguei, fui bem recebida, não tive problemas. (Catarina, 28 de Setembro de 2023, Gorongosa).

Para além das perseguições, prisões e sequestros, os guerrilheiros da RENAMO eram mortos distante das suas residências, em Gorongosa por exemplo, foi encontrada uma vala comum, na qual estavam 15 corpos e as autoridades locais não agiram com devida atenção na recolha dos corpos tendo anunciado depois que o estado de decomposição tornaria difícil as autópsias (Human Rihts Watch, 2018). Este facto não ocorreu apenas na Gorongosa, deu-se também na cidade Chimoio, na qual os ex-guerrilheiros eram sequestrados e matados na cidade da Beira, e por causa dessa tensão, as ex-guerrilheiras tomaram iniciativa para voltar às matas, conforme o depoimento abaixo:

Houve necessidade de voltar porque o governo não estava a honrar com o nosso compromisso, havia falta de respeito, éramos sequestrados de qualquer maneira. Fomos em conjunto, por ver que estamos a passar mal. Algumas pessoas por falta de conhecimento e reconhecimento, tinham que ir lá dizer que quer meu direito, mas quem era o culpado? Porque havia Acordo Geral de Paz em 1992, onde foi citado tudo para o governo, o que era preciso para dar os guerrilheiros da RENAMO e que não fomos dados. Nós saímos pela ONUMOZ, tínhamos que ter pensões, tínhamos que ter sítio para viver, tínhamos que ter aquelas regalias de outros combatentes da FRELIMO, mas nunca tivemos, pelo contrário, fomos passando mal, sendo sequestrados, tá ver levar uma pessoa daqui de Chimoio e ir matar na Beira? Significa o quê isso? É paz isso? Nós queremos a paz definitiva, é por isso que voltamos às matas (Julieta, 21 de Setembro de 2023, Chimoio)

De salientar que para o caso da senhora Celeste, apesar dos sequestros que estavam a decorrer naquela altura, não houve oportunidade de ir a Gorongosa pelo facto de ter accionado uma mina na guerra dos 16 anos e desde lá nunca mais conseguiu exercer as suas actividades, e a sua lesão a impossibilitou de participar presencialmente na segunda guerra civil, entretanto, os seus colegas a mantinham informada:

Sabiam que eu não podia ir por causa da ferida. Houve um pequeno desentendimento no acordo geral de paz, e acharam que deviam pressionar para se cumprir o que foi acordado. Tudo que se fazia lá, vinham me informar. Eu não podia ir pra lá, mas eu sempre estava presente (Celeste, 21 de Setembro de 2023, Chimoio).

Por outro lado, algumas mulheres da Renamo revelaram que uma das razões que implicou o regresso ao conflito, foram as más condições de vida. Maior parte das ex-guerrilheiras não conseguiu reintegrar-se totalmente na sociedade devido a ideia de que os ex-guerrilheiros da RENAMO são bandidos e sendo mulher tornou-se mais complicado ainda:

Quando pensar em todo sofrimento, nem resultado não há, nem dinheiro não tem, enquanto trabalhei muito, pensei que voltar é mesma coisa, pode morrer lá é mesma coisa porque eu não tenho nada, há de me ver aqui a fazer o quê?

Enquanto não tenho nada? Fui para lá por sofrimento, chuva a chover aí no ar assim, quando ver em casa não tem nada, até agora estamos assim, não tem problema, havemos de viver assim, Deus é que sabe, acabei muitos anos no mato. (Martinha, 16 de Setembro de 2023, Chimoio).

Portanto, a partir das declarações apresentadas compreende-se que foram diferentes os motivos que levaram com que as mulheres aderissem ao conflito, desde a não desmobilização em 1994, sequestros, perseguições e assassinatos, mas o objectivo central era reivindicar os seus direitos, ou seja, entrando para a manifestação, estavam convictas de que haveria uma nova desmobilização na qual cada uma poderia reiniciar a sua vida com o valor que haveriam de receber, seja construindo casas, machambas, ou mesmo iniciando um novo negócio.

Havia homens que não encaravam de bons olhos o facto de as mulheres serem guerrilheiras, chegando mesmo a ponto de impedi-las de participar. Alegavam que as mulheres eram as principais responsáveis por actos de corrupção e pela gravidez, uma vez que as suas actividades como guerrilheiras as impediam de casar, castigando-as mais do que os homens (Casimiro, 2005).

4.3 A vida das mulheres nas bases da RENAMO: Qual era o papel das mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra civil”?

Para perceber o que é que as mulheres da RENAMO faziam durante o conflito, seria necessário em primeiro lugar saber o que é uma base militar e como ela se apresenta. Segundo as entrevistadas, uma base militar, é um local onde os guerrilheiros se abrigam, longe da população. Geralmente as bases não são fixas, porque quando há situação de ataques, convém mudar de uma base para outra. São cabanas feitas na base de capim e/ou lonas:

As bases estavam organizadas em secções, todas para coordenar os serviços, não havia casa, era casa de capim, só a formação é que devia ser no quartel. Trocávamos de uma base para outra, por exemplo se numa base alguém está doente, quem era enfermeiro tinha que ir tratar (Júlia, 21 de Setembro de 2023, Chimoio).

O processo de organização das bases, permitia com que houvesse separação entre os diferentes sectores, como também a rápida desmontagem em situações de ataques. Para tal, as bases eram geralmente cabanas e feitas de capim e lonas, de modo que a sua destruição fosse mais simples para reaproveitar o material em bases futuras. As mulheres ficavam nas bases centrais, que geralmente ficavam no meio e os homens ficavam nas bases operacionais ao redor das mulheres. Era um local bastante vigiado e ninguém podia sair, a não ser em situações de ataques ou infelicidades na família.

Historicamente, as experiências femininas no âmbito militar foram moldadas por estereótipos de género. Enquanto o papel dos homens era de estar no campo de batalha, as mulheres deviam operar as suas funções e “afazeres domésticos”, como enfermeiras, cozinheiras e donas de casa (Rebelo, 2013 *apud* Pacheco, 2018).

A Segunda guerra mundial, trouxe inúmeras mudanças sociais permanentes, que se estenderam ao longo das décadas. Esse grande conflito quebrou o imaginário e a idealização de que o lugar da mulher é em casa cuidando do marido e dos filhos. Pois, viu-se a necessidade de contar com a participação das mulheres, para exercer funções de engenheiras, motoristas de caminhão, tanque e diversas outras profissões, deixando para trás, regras e valores sociais da época, que impactaram o mundo (Diener & Morais, 2020).

Durante a guerra dos 16 anos, foram poucos os casos do envolvimento das mulheres em situações de combate e poucos foram os regimentos, companhias, pelotões ou batalhões compostos unicamente por mulheres ou chefiadas por mulheres, quer da parte das forças governamentais, quer da parte da RENAMO (Feijó, 2021). As actividades militares das mulheres são recordadas como pouco importantes (ou mesmo inexistentes), permitindo à cultura manter o mito de “homens em armas e mulheres em casa” (Cooke 1993,178 *apud* Segal, 1995).

A maior parte fazia trabalhos domésticos, cozinham, lavavam, buscavam água, cuidavam das casas dos soldados e carregavam material. Na sua maioria eram forçadas a servir de mulheres dos soldados. Por outro lado, elas recebiam treinamento paramilitar e de autodefesa, e serviam de espãs e mensageiras, mas isso só funcionava para as que conseguiam ganhar a confiança dos chefes, poucas chegavam a ser militares-combatentes operativas- e nenhuma chegou a ascender a chefe de comando militar, as mulheres eram excluídas dos ataques, ficavam nas bases e cuidavam dos doentes e faziam machambas (ISRI& MULEIDE, 2020).

Para o caso da “segunda guerra civil”, é necessário em primeiro lugar ressaltar que todas as mulheres estiveram na guerra dos 16 anos, e nesta guerra voltaram a praticar as mesmas actividades e pouco participavam dos ataques. Maior parte trabalhava como enfermeira, conforme relata a seguinte entrevistada:

As mulheres eram enfermeiras, parteiras, rádio comunicação, secretárias, quando o soldado era alinhado, tinham de conferir o número. O nosso trabalho é de ser secretaria, cozinhar e servir o presidente, chefe de estado-maior, os da parte de saúde, estavam na parte deles, outros estavam na parte de guarda-costas, todos os trabalhos eram alinhados (Fátima, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi).

Algumas mulheres da RENAMO eram responsáveis por cartar água, carregar lenha, cozinhar, carregar material para as bases, segundo explicam as seguintes informantes:

Lá na base eu carregava farinha, cartava água, ia aos combates, mas não eram combates duros, continuei a fazer serviços secretos, era chefe adjunta de serviços sociais na província (Martinha, 16 de Setembro de 2023, Chimoio).

Para além dos trabalhos domésticos, eram responsáveis por controlar o processo de entrada e saída de outros guerrilheiros nas bases:

Toda a função que fazia na guerra dos 16 anos, toda profissão, por exemplo a dona Linda era enfermeira. Eu controlava aqueles que saiam e aqueles que ficavam, não mudei a minha função, por isso sai como major, mas continuei com esse cargo. Outras eram enfermeiras, outras cozinheiras, mas as capitãs é que controlavam, faziam também escala, tinha que trabalhar e tomar conta de tudo (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

As áreas nas quais as mulheres actuam, como a enfermagem, serviços sociais e prestação de cuidados constituem uma espécie de prolongamento das tarefas domésticas, não prestigiadas e socialmente não reconhecidas (Campos, 2003), com vista a torna-la incapaz de exercer actividades mais visíveis na base militar, quando comparada aos homens que podiam exercer tarefas um pouco mais privilegiadas e cargos mais elevados.

As mulheres foram excluídas de várias forças armadas em todo o mundo e muitas vezes foram relegadas para papéis de apoio. No entanto, isso tem mudado gradualmente em muitos países, com mais mulheres a serem admitidas em unidades de combate e assumindo posições de liderança (Gouveia, 2023), conforme refere a seguinte informante:

Eu continuei como instrutora, ensinava o soldado como atacar, ensinava estratégia de guerra, há estratégia para se defender quando esta a falhar, quando era para atacar, eu ia atacar. Aí na instrução havia chefes que controlavam os outros, me escolheram devido ao trabalho que fazia. O tempo para sair de uma patente para outra, dependia do trabalho (Guilhermina, 18 de Setembro de 2023, Chimoio),

A RENAMO realizava vários ataques contra os transportes públicos, principalmente na estrada N1 que liga o norte e o sul de Moçambique, entre os rios Save e Zambeze nas províncias de Manica e Sofala (*Idem*), e algumas mulheres participavam também daqueles ataques:

Atacamos na estrada, havia emboscada, além de chegar no quartel, nós estávamos na estrada, todas as mulheres estavam a defender, não há maneira. (Joaquina, 18 de Setembro de 2023, Chimoio)

As mulheres têm mostrado capacidade de desempenhar um papel muito importante em combate, tanto em unidades mistas, quanto em unidades exclusivamente femininas. Elas têm habilidades físicas e mentais semelhantes à dos homens e podem ser tão eficazes quanto eles. Além disso, em muitos casos as mulheres podem ter uma vantagem em certas situações como operações de busca e resgate, onde a sua presença pode ser vista como menos ameaçadora e mais eficaz (Gouveia, 2023).

A partir destas entrevistas, podemos perceber que as mulheres da RENAMO participavam em diferentes áreas, dentre comunicação, enfermagem, serviços domésticos, entre outros, e embora seja em pequeno número, elas participavam também nos combates e assumiam cargos de liderança. Apesar das experiências amplas e variadas da participação das mulheres nos conflitos armados, elas ainda são frequentemente vistas como vítimas de conflitos e não como intervenientes (Cossa and Palik, 2023).

4.4 Acordos de Maputo e o processo de DDR

Os institucionalistas históricos, sugerem que o processo de criação ou reforma institucional envolve conflito de poder (Hall & Taylor, 1996). Este pressuposto, encontra um enquadramento prático na realidade moçambicana quando se observa que as principais reformas na legislação que define os mecanismos de ascensão ao poder decorrem da necessidade de acomodar as reivindicações do principal partido da oposição, no que concerne ao incumprimento do AGP e aos actos de violências por si perpetrados (Bene, 2021).

Entretanto, após mais de 116 rondas de negociação (2012-2019), em 06 de Agosto de 2019 foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional (Cossa and Palik, 2023a). Este acordo previa a eliminação das hostilidades políticas e militares, bem como a implementação integral do pacote de descentralização, o completo Desarmamento, Desmobilização e a subsequente Reintegração sócio-económica dos elementos armados da RENAMO e o enquadramento de parte destes nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e nas unidades da polícia da República de Moçambique (PRM)⁴.

A RENAMO tinha como responsabilidades “abster-se de actos de violência contra a população civil e contra as Forças de Defesa e Segurança, não podia mobilizar ou recrutar de forma forçada pessoas de qualquer género ou idade a juntarem-se ao seu contingente armado, e devia facilitar a circulação de pessoas e concluir o processo de fornecimento á comissão de assuntos militares, Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR), informação actualizada sobre quaisquer bases remanescentes ou esconderijos, e a recolha de engenhos explosivos como minas e outros artefactos bélicos”.⁵

Em meio deste acordo, estava previsto o desmantelamento de 16 bases militares da RENAMO dispersas em 8 províncias, constituídas por 5221 combatentes, dos quais 257 eram mulheres. A 16ª e última base da RENAMO foi encerrada a 15 de Junho de 2023 em Vunduzi no distrito de Gorongosa, onde fizeram parte cerca de 350 ex-combatentes, incluindo 100 mulheres (Magaia, 2023). Abaixo, segue a tabela ilustrativa dos desmobilizados por base e províncias:

⁴ Lei 11/2019 de 12 de setembro - Acordo de Paz e Reconciliação Nacional., assinado em Maputo, no dia 06 de Agosto de 2019

⁵ Disponível em : <https://cartamz.com/index.php/politica/item/2792-acordo-de-cessacao-definitiva-das-hostilidades-militares-carta-publica-documento-na-integra>. Acesso em: 08 nov. 2023

DDR 2020-2023			
Base	Províncias	Combatentes Desmobilizados	Data da Desmobilização
Monjo-Moatize	Tete	368	Julho de 2021
Savane	Sofala	305	Junho de 2020
Mangomonhe-Muxungué		251	Julho de 2020
Mapangapanga-Vunduzi-Gorongosa		434	Setembro de 2020
Cheringoma-Inhaminga		173	Outubro de 2020
Chemba		43	
Maringue		145	
Gorongosa		348	Junho de 2023
Bárue		Manica	817
Tamara			
Mussorize			
Morotone-Mocuba	Zambézia	882	Novembro de 2022
Sabié-Morrumbala			
Namaita-Murupula	Nampula	560	Dezembro de 2021
Namanhumbire-Montepuez	Cabo-Delgado	444	Agosto de 2022
Napacala-Cuamba	Niassa	281	Maio de 2022
Mabote	Inhambane	170	Dezembro de 2020
Total de Desmobilizados- 5221			
Homens- 4964			
Mulheres- 257			

Fonte: Tabela elaborada pela autora, com base nos dados partilhados pelo IMD.

No mês de Abril de 2023, pouco antes do encerramento da última base da RENAMO, entrou em vigor o decreto 12/2023, que estabelece benefícios de segurança social dos desmobilizados, como é o caso do bónus de reinserção social, pensão de reforma, pensão de invalidez, pensão de

sobrevivência e subsídio de morte.⁶ Na verdade, a possibilidade de se aprovar um decreto que viabilize a fixação das pensões vitalícias aos desmobilizados da RENAMO, só foi assumida publicamente em Março de 2023 (Alfazema & Massango, 2023).

De acordo com os planos de DDR elaborados pelo Secretariado da Paz, seriam fornecidos dois tipos de apoio aos combatentes oficialmente registados e desmobilizados: Em primeiro lugar, receberiam um *bónus de reinserção*⁷ com um valor aproximado em cerca de 1000 dólares, constituído por material de construção, vestuário, sementes, telemóveis, material escolar e outros artigos de primeira necessidade; Em segundo lugar, nos 12 meses que se seguem a sua desmobilização, cada combatente teria direito um pagamento mensal em dinheiro, mas que receberia de três em três meses até que completasse um ano, isto é, no total receberiam quatro vezes ao ano, este valor totalizaria 1000 dólares americanos nos 12 meses, e a percentagem de mulheres seria de 5% (Weimer and Bueno, 2020).

Este actual programa de DDR é baseado em três pilares: o indivíduo, a família e a comunidade. Trata-se de uma estrutura diferente dos acordos de 1992, que davam prioridade apenas aos ex-combatentes. O pilar do indivíduo procura identificar oportunidades mediante o desejo do indivíduo; O pilar da família procura identificar oportunidades educacionais e de emprego para os filhos ou familiares dependentes do ex-combatente, para garantir que este tenha uma fonte de rendimento e o pilar da comunidade procura integrar os ex-combatentes em projectos parceiros para que os fundos de paz apoiem a comunidade, como é o exemplo da distribuição de sementes, entre outros (Cossa & Palik, 2023).

4.5 Desmobilização das Mulheres da RENAMO

A experiência em Moçambique confirma a importância de proporcionar aos soldados desmobilizados, um local onde possam obter informação e aconselhamento, particularmente durante os primeiros meses após os processos de desmobilização, para permitir visitas a áreas de acantonamento de tropas para começar a familiarizar os soldados com o que esperar quando deixarem os campos. São particularmente desejáveis esforços específicos para ajudar os ex-

⁶ Decreto 12/2023- estabelece benefícios de segurança social dos desmobilizados no âmbito do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, aprovado pela lei n 11/2019 de 12 de Setembro.

⁷ O bónus de reinserção é atribuído ao desmobilizado no âmbito do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional que, não reunindo requisitos para a fixação da pensão de reform00a, tenha prestado serviço militar por tempo igual ou superior a três anos.

combatentes a gerir as suas expectativas e a gerar as suas capacidades de lidar com a situação, tanto antes como depois da desmobilização (Ball, 1995).

Importa em primeiro lugar referir que todas as entrevistadas, integraram-se ao conflito de forma voluntária, no período compreendido entre 2013 e 2016, para reivindicar o que foi acordado no âmbito do Acordo Geral de Paz em 1992 e não estava a ser cumprido. Considerou-se importante que se tivesse em conta uma abordagem com vista a garantir o tratamento equilibrado entre os homens e as mulheres, e evitar desta forma, que uns sintam-se mais vulneráveis em relação aos outros.⁸ Maior parte das entrevistadas, desmobilizou entre 2020 Junho de 2023. Apesar do Acordo de reconciliação nacional ter sido assinado em Agosto de 2019, o processo DDR só entrou em vigor dez meses depois, em 2020, e as limitações impostas pela covid-19 condicionaram o processo.

Antes da desmobilização, todos os ex-guerrilheiros passam pelo acantonamento⁹. No centro de acantonamento, são criadas condições para separar os homens das mulheres, e há também diversos serviços, como saúde, bancos comerciais (para a abertura de contas bancárias), serviços de identificação civil, serviços tributários (para a emissão do Nuit), operadoras de telefonia móvel, aconselhamento sobre a reintegração (IMD,2023), entre outros serviços, conforme sustenta a seguinte entrevistada:

Antes de tudo, entramos no acantonamento, no acantonamento tinham esses da saúde, nos deram comprimidos de diarreia, entramos no acantonamento no dia 13 de Junho, tratamos consultas, fizemos teste, dizer quantas crianças tem, iamos no bloco de saúde, se não tem certidão, tinha que tratar, depois tratar Nuit, depois davam cartão de telefone, depois abrir conta, depois ir à desmobilização, dai fomos dadas patentes, depois nos tiraram fotos, depois deram crachá com o seu cargo, depois passamos (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

⁸ Segundo o IMD : o processo de DDR deve respeitar os interesses particulares das mulheres, Disponível em: <https://zebrando.co.mz/resumo-da-semana/segundo-o-imd-processo-de-ddr-deve-respeitar-os-interesses-particulares-da-mulheres/#:~:text=implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20DDR,s%C3%A3o%20mulheres.%20Considera> acesso: 05.jun.2023

⁹ Acantonamento- forma de estacionamento em que a tropa se instala, temporariamente, em construção ou grupo de construções já existentes (Ministério da Defesa, 2015).

Para melhor organização, era necessário que se separassem os grupos dos que tinham documentos, e dos que não tinham:

Nas bases saíamos de grupo em grupo para o centro de acantonamento em Gorongosa para tratar documentos. Aqueles que não tinham BI trataram, aqueles outros trataram cartão de desmobilização. Eu desmobilizei no dia 11 de Junho, era um único grupo, mas dividiram de grupo em grupo (Dulce, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi).

Entretanto, a senhora Celeste sentiu-se discriminada no âmbito da atribuição da patente, pelo facto de ser deficiente:

Dessa vez fui ao acantonamento, fomos recebidos, deram documentos para quem não tinha, perguntaram seu cargo, o que me espantou foi porque não me perguntaram sobre a minha patente, me colocaram como major; até aqui não sei como fazer, talvez me fizeram isso porque estou doente, não cheguei de reclamar porque pensei cada coisa, pensei que me discriminaram por causa da ferida, não tenho coragem de perguntar (Celeste, 21 de Setembro de 2023, Chimoio).

A mudança das patentes não foi um caso apenas, pois muitos combatentes tiveram esse problema. No sentido de que, perto do período da realização da desmobilização, foram feitas listas e entregues ao governo em Maputo, então foi naquele âmbito que algumas patentes foram trocadas, e esta situação foi reportada para a comissão dos assuntos militares da parte do governo e da Parte da RENAMO.

Para garantir melhor organização durante o acantonamento, os ex-guerrilheiros são colocados em grupos de modo que haja controlo no âmbito da desmobilização, e não só, este serve como um momento de reflexão por parte dos ex-guerrilheiros, é lá onde são dadas aulas de como comportar-se como um civil, são feitos testes de algumas doenças, emissão de documentos, entre outros itens que vão permitir com que se sintam cidadãos civis reintegrados na sociedade.

Após o acantonamento, chegou o dia da desmobilização, onde receberam “kits” constituídos por produtos de primeira necessidade, como roupas, utensílios domésticos, materiais de construção, entre outros e foram prometidos projectos de geração de renda e talhões:

Desmobilizei em Agosto de 2021, quando saímos nos deram duas capulanas, sapatilhas, sandálias, duas saias, duas camisas, duas camisetas, duas pastas, uma toalha, seis pratos, seis copos, chávenas, jaro sem copo, mais duas panelas, enxada, picareta, pá, machado pequeno, duas lapiseiras, uma embalagem de cadernos pequenos, mais uma de cadernos grandes, mais tapete pequeno de pisar, mais manta pequena, sementes de feijão, couve e cebola. No material de construção, deram 8 chapas, 8 barrotes, 1kg de pregos, arames, dois bidões, alicate, as chapas estão lá em cima, nos prometeram talhões, mas deram os homens, mulheres não receberam, nem uma mulher tem talhão. Deram 2500 ali mesmo em vunduzi, e telefone. (Maria, 16 de Setembro de 2023, Chimoio)

Por outro lado, a dona Elsa sustenta que ficou feliz com o facto de voltar à casa e descreve o que decorreu durante o acantonamento:

Trouxeram um documento a dizer que haveria desmobilização, ficamos felizes porque haveria desmobilização, ficamos felizes porque era para sairmos para casa, isso em Março de 2021, eu saí como alferes. Chegamos lá no campo, começaram a nos explicar que vamos receber aquele kit. Tratei cartão do banco, nuit e cartão de desmobilização, depois recebemos mantas, pastas, duas calças, dois pares de sapatos, camisetas, recebemos telefones quando chegamos aqui, não é lá no campo não. Recebi dinheiro de passagem, cada pessoa recebia 1500mt. (Elsa, 03 de Outubro de 2023, Beira).

Diante destas duas entrevistas, percebe-se que no dia da desmobilização, para além do kit de primeira necessidade, receberam dinheiro de transporte de modo que chegassem a sua residência de forma segura. Este valor dependia da distância que cada ex-guerrilheira percorria até a sua residência, razão pela qual algumas receberam 1500 e outras 2500mt.

O fim do programa de desmobilização ocorre quando os ex-combatentes são dispensados e retornam à vida em comunidade. Esse período, é também conhecido como reinserção¹⁰, pode ser

¹⁰ A reinserção é uma forma de assistência transitória para ajudar a cobrir as necessidades básicas dos ex-combatentes e das suas famílias e pode incluir subsídios transitórios de segurança, alimentação, vestuário, abrigo, serviços médicos, educação a curto prazo, formação e empregos (United Nations, 2009)

considerado uma transição entre a desmobilização e a reintegração, ou a primeira fase desta última (Carvalho, 2021).

4.6. Como é que as mulheres da RENAMO estão a ser reintegradas nas diferentes esferas da sociedade?

Na prática, no processo de reintegração, os ex-combatentes são reintegrados à sociedade e ao mercado de trabalho, com emprego e renda alternativos à situação anterior ao conflito. Os serviços oferecidos pelos programas de reintegração buscam assegurar a desmobilização desses indivíduos e a escolha por um modo de vida civil (Carvalho, 2021, p.43).

O processo de reintegração, não pode se limitar a dimensão formal definida nos acordos políticos. Deve estar de acordo com a realidade na qual dos desmobilizados se inserem. Para ser sustentável, a reintegração dos ex-combatentes deve ter em conta as dinâmicas Sociais, Económicas e Políticas (Alfazema, 2023).

4.6.1 Reintegração Social

Um dos maiores desafios para a reintegração é o facto de as comunidades aceitarem o retorno dos ex-combatentes. Há várias razões pelas quais as comunidades não estão dispostas a aceitar o retorno dos ex-combatentes, uma delas é o facto de guardarem rancor pelas atrocidades cometidas durante a guerra e em alguns casos, as comunidades contestam abertamente o retorno de um determinado ex-combatente, às vezes até podem ter permissão para retornar, mas não recebem nenhum apoio para se reintegrar. As comunidades vêem os ex-combatentes como os maiores perpetradores dos actos de violência decorrentes durante o conflito, independentemente de seu papel. De acordo com a lógica, por terem participado da guerra, tornam-se automaticamente culpados, (Hazen, s.d). Outro aspecto não menos importante é o facto de ter de lidar com aceitação ou não no seio da família, porque na maioria dos casos, o modo pelo qual a família recebe o ex-combatente, vai determinar a maneira como os restantes vão lhe tratar. Então, a reintegração social é um dos elementos-chave para uma reintegração económica e política bem-sucedida.

Quanto as ex-combatentes entrevistadas, maior parte diz que foi bem-recebida pela família e pela comunidade. Quando chegaram às suas zonas, em primeiro lugar foram apresentar-se ao secretário do bairro como desmobilizadas da RENAMO, para que não fossem vistas como

peessoas estranhas no seio da comunidade. Em segundo lugar, foram para casa, local onde foram bem-recebidas pela sua família, e não houve situações de discriminação por parte da mesma.

O relacionamento entre os desmobilizados e as comunidades onde eles se encontram é em geral bom, embora negativamente afectado por preconceitos mútuos (Mazula *et al.*, 1997), razão pela qual algumas mulheres da RENAMO são impedidas por membros ou apoiantes da FRELIMO de participar nas reuniões das comunidades, pelo facto de serem vistas como espãs:

Aqui em casa me receberam bem, e na comunidade ainda não convivi. Vieram pessoas do governo para conversar com o líder, para dizer que somos pessoas da montanha¹¹, aqui na zona não há conflito. Há um problema, não chamam para as reuniões, quando vamos perguntam o que vamos fazer, se vamos lá para escutar algumas coisas, os outros são informados que há reunião, mas nós não somos informados por ser da RENAMO (Sarita, 20 de Setembro de 2023, Chimoio).

Não sendo chamadas para as reuniões dos bairros, único evento da comunidade onde têm a liberdade de participar são os falecimentos, pois lá não precisam de convite para se fazer presentes:

Fui bem recebida, embora alguns falem mal, na minha zona não tenho problemas com ninguém, fui recebida pelo líder com secretário dele, fui acompanhada pelo secretário de estado, chegou na zona chamou o líder e foi na minha casa. A minha família também me recebeu bem, na minha zona não me chamam para as reuniões, só vamos nos falecimentos, porque nos falecimentos não precisa ser chamado. (Guilhermina, 18 de Setembro de 2023).

Para além de não serem convocadas as reuniões dos bairros, boa parte das entrevistadas advoga que, quando houve o Ciclone Idai, decorreram programas de ajuda humanitária, mas foram excluídas por pertencerem ao partido da oposição:

No ciclone Idai sofremos muito, muita gente recebeu coisas, eu não recebi nada, nem pelo menos agulha, levaram meu nome e esse senhor sabe que eu

¹¹ Termo usado pelos ex-guerrilheiros da Renamo, para se referir ao local onde se instalaram durante o conflito.

sou da RENAMO, por isso não me deu nada, pior lá nos distritos, se você é da RENAMO não recebe nada. Eu até perguntei aquele senhor, talvez é ali onde fui discriminada. (Carlota, 03 de Outubro de 2023 Beira)

Estes são exemplos da dificuldade no processo de reintegração social das ex-guerrilheiras da RENAMO, que para além do ciclone Idai, a exclusão se fez sentir novamente no âmbito da Covid-19, onde as ex-guerrilheiras foram excluídas da ajuda humanitária. Esta discriminação, estende-se aos filhos e por conta disso uma das entrevistadas viu a necessidade de levar os mesmos para Zimbabwe de modo a garantir a sua segurança:

Não me apresentaram no líder; os meus vizinhos me receberam bem, quando há reunião do bairro não me chamam, todas as reuniões dos líderes estão no partido FRELIMO, por isso não nos chamam. Os meus filhos estão em Zimbabwe, fui deixar meus filhos em Zimbabwe para não serem discriminados. No tempo da Covid-19 não escreveram na minha casa, mas quando é para receber algo na minha casa nunca chega. Eles sabem de tudo, eu estava no mato, mas estava uma pessoa que estava a viver na minha casa, mas por ser casa da RENAMO, não passavam. Esse problema é de muita gente, mesmo aquelas velhas, basta saberem que são da RENAMO não recebem dinheiro (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

A partir desta entrevista, nota-se que o impacto que a participação das mulheres da RENAMO na segunda guerra civil pode trazer para os seus filhos, e não só, como também para os restantes membros da família. Porque a partir do momento em que a comunidade tem conhecimento da existência de um membro da RENAMO, toma medidas para de certa forma, manter distância e excluir de alguns projectos. Isso mostra que os principais momentos de risco e vulnerabilidade reforçam a exclusão das ex-combatentes da RENAMO, nos eventos que decorrem na comunidade.

Para (Hazen, s.d), os deficientes físicos enfrentam desafios únicos por causa da guerra. As minas terrestres e amputações geralmente deixam um legado de vítimas sem membros. Em alguns casos, a deficiência sofrida é combatível e o individuo consegue retornar a uma vida que se assemelha a normalidade:

Eu tenho boa relação com todos, somos todos da mesma família, somos da mesma igreja, não posso mentir. Não me chamam para as reuniões, mas talvez por saber que sou deficiente, quando houve essa coisa de corona, disseram que iam dar telefone, mas isso não tem nada a ver com RENAMO. Aqui onde estou, não há discriminação, não demonstram nada (Celeste, 21 de Setembro de 2023, Chimoio).

É notável que o processo de reintegração social das mulheres da RENAMO é contínuo, e envolve não só a aceitação da ex-combatente, como também dos restantes membros da família. A exclusão na comunidade dá-se também por conta dos traumas que a população carrega em torno do conflito. Mas também, é importante ressaltar que para além destes factores, existe também a questão de pertencerem ao partido da oposição, situação esta que é notável quando as ex-guerrilheiras afirmam que não receberam nenhum tipo de ajuda, quando os restantes membros da comunidade estavam a beneficiar-se.

4.6.2 Reintegração Económica

Primeiro importa referir que a reintegração económica está directamente ligada a reintegração social, a maneira como a pessoa é recebida pela família e pela comunidade, vai influenciar na reintegração económica. Para esta parte, importa saber a base de sustento e sobrevivência das mulheres da RENAMO, o pagamento das pensões e as promessas feitas aquando da desmobilização. Deste processo, as ex-guerrilheiras tinham uma enorme expectativa de ver as suas vidas melhoradas, através da implementação dos projectos económicos (IMD, 2023).

De certo modo, espera-se que os ex-combatentes contribuam para o bem-estar económico da comunidade e não se tornem apenas dependentes das redes de segurança social já enfraquecidas. Entretanto, os ex-combatentes, raramente possuem a educação ou as habilidades necessárias para entrar com sucesso no mundo do trabalho (Hazen, s.d), conforme refere a seguinte informante:

Se eu não tivesse entrado na RENAMO, minha vida seria outra coisa, porque eu poderia estudar, fazer outros serviços para o meu futuro, não ia esperar sentada porque eu estava a estudar quando cheguei aqui (Catarina, 03 de Outubro de 2023, Beira).

No âmbito do acordo de paz e reconciliação nacional, o desmobilizado tem o direito a um bónus de reinserção social calculado com base no vencimento correspondente ao posto militar que ocupava, na data em que entrou em vigor o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional¹²:

Agora saí como tenente-coronel e recebo 45,000mt e esse ano já recebemos duas vezes. Os meus filhos também me ajudam, tenho uma filha que é professora. (Dulce, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi).

Algumas ex-combatentes dizem que o subsídio de reinserção é pouco e não corresponde ao tempo que ficaram nas matas a lutar:

Subsídio ta entrar, que termina próximo ano, o subsídio começou a entrar em Julho, depois vamos receber esse mês, como capitã eu recebo 20,300mt, esse dinheiro não está bom, consoante o trabalho que nós fizemos. Ainda não comecei a ir na machamba, como acabo de sair agora, ainda não tenho espaço (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

As mulheres que desmobilizaram recentemente, estão ainda a tentar reiniciar a sua vida do zero, e a situação dos talhões na província de Manica têm sido um obstáculo para a reconstrução de suas vidas, porque quando foram distribuídos, não se consultou a existência de um possível proprietário, razão pela qual, algum tempo depois de os talhões terem sido distribuídos, os verdadeiros donos apareceram para reivindicar, conforme refere:

Fui dada talhão, mas esse talhão tem problema, fizemos limpeza, depois chegaram pessoas e levaram, eu, Isaiás e Tobias levaram nossos talhões, mas esse caso está na administração, nem esse dinheiro que mandamos fazer limpeza não estamos a ser dados (Marta, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi)

E outras entrevistadas afirmam não ter recebido talhões porque os homens é que foram dados prioridade:

Vimos homens a ser dados talhões, mas nenhuma mulher foi dada talhão, é mesma coisa que eu falei, as mulheres estão embaixo, mas no terreno dizem que a mulher é que esta a frente (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

Isso mostra o quão exclusivo é o programa de DDR, pois todos deviam ter os mesmos benefícios e prioridades. Esta é uma das grandes falhas do DDR, por pensar que pelo facto de as mulheres

¹² Decreto 12/2023, de 04 de Abril: estabelece benefícios de segurança social aos desmobilizados no âmbito do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, aprovado pela Lei 11/2019, de 12 de Setembro.

não terem participado maioritariamente nos combates, elas não detêm das mesmas oportunidades que os homens (IMD, 2023).

4.6.2.1 Subsídio de Reintegração:

Foi acordado que os combatentes receberiam subsídio de reintegração durante um ano e que durante este tempo estariam a ser regularizadas as pensões. Entretanto, com a demora no processo de regularização das pensões, as ex-combatentes tiveram que vender parte dos itens que receberam no dia da desmobilização, para poder cobrir as suas despesas (Cascais, 2023), pois não tem uma fonte de rendimento fixa, e dependiam exclusivamente do subsídio:

Desmobilizei em Agosto ou Setembro de 2020, recebia dinheiro de três em três meses, como capitã recebia 20,000mt e esse valor já não estamos a receber até hoje, só que agora estamos a tratar documentos de DDR, dizem que é para pensão (Marta, 02 de Outubro de 2023, Beira)

Ao contrário das capitãs que recebiam 20.000,00Mt, a única mulher com o cargo de brigadeiro, é que recebia o valor mais elevado, que correspondia a 70.000,00Mt. Quando pararam de receber o valor, passaram a contestar na delegação da RENAMO, pedindo esclarecimento sobre a demora no processo de fixação das pensões, mas a resposta sempre foi a mesma, de que deviam aguardar, e que a qualquer momento seriam fixadas:

Agora, como brigadeiro recebia 70.000,00Mt, mas depois parei de receber. Nós reclamamos aqui, mas até agora ainda não temos resultados, mas costumam chegar jornalistas, mas aqui só dizem amanhã, próxima semana, são mentirosos, não sabemos se hão-de dar, não sei o que vai acontecer, nem pelo menos comida, não nos dão, nos 16 anos recebíamos comida, mas agora não recebemos apoio (Guilhermina, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

Aqui, podemos perceber que o subsídio é calculado de acordo com a patente da ex-combatente, sendo o valor mais baixo 18.000,00Mt correspondente ao cargo de *Alferes* e o mais alto 70.000,00Mt que corresponde ao cargo de *Brigadeiro*.

Devido a morosidade no pagamento das pensões, maior parte das mulheres aderiu a prática da agricultura, não só para o consumo familiar, mas também para vender de modo a cobrir outras despesas:

Agora só vou a machamba, tenho plantado gergelim, milho, arroz, mandioca, tomate, planto isso para vender, para ter alguma coisa. (Angélica, 03 de Outubro de 2023, Beira).

Para além da prática da agricultura, o comércio informal, é também um dos meios que as mulheres conseguiram para poder suprir as suas necessidades, sobretudo as que ainda não receberam terrenos:

Vendo amendoim, banana e vou a machamba em Monequera. Eu escolhi o projecto de machamba, mas não estou a ser dada material, se tiver o material, vamos começar a trabalhar (Sarita, 20 de Setembro de 2023, Chimoio).

Depois das sucessivas reclamações por parte dos ex-guerrilheiros da RENAMO por falta do pagamento das pensões no âmbito do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, o governo convidou aos potenciais beneficiários a dirigirem-se aos vários pontos para regularizar as suas situações e para que pudessem receber os ordenados. Os ex-guerrilheiros tinham um prazo de 10 dias para tratar a pensão, entretanto, problemas na documentação condicionavam o avanço deste processo (Cossa, 2023), conforme explica a seguinte informante:

Já fui tratar o documento das pensões, lá precisavam de cartão de desmobilização, nuit, BI e Nib. (Carolina, 04 de Outubro de 2023, Beira)

Algumas mulheres, ainda não foram tratar os documentos para a fixação das pensões porque o procedimento depende dos grupos, mas também não mostram confiança quanto a credibilidade deste processo:

Ainda não organizei os documentos para tratar as pensões, porque isso depende dos grupos, e o meu grupo ainda não chegou. Nós não sabemos se vai andar ou não, porque até agora nenhum de nós deu certo com isso (Carla, 20 de Setembro de 2023, Chimoio).

As que recebem pensão de invalidez não tiveram prioridade, no sentido de que deviam dar espaço aos que ainda não recebem nenhum valor mensalmente:

Esses do DDR, quando chegaram disseram que querem aqueles que não tinham nada, aqueles que têm invalidez, disseram para tratar nova ordem. Estou a ver que nós não temos prioridade, estão a dar prioridade aqueles que não recebem. Disseram que aqueles que recebem, nem vale a pena tratarem (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

4.6.2.2 Pensão de Invalidez:

A partir dos relatos partilhados compreende-se que para além do subsídio de reinserção, as mulheres aderiram a prática da agricultura e comércio como forma de garantir a sua sobrevivência, e as que desmobilizaram recentemente (15 de Junho de 2023), ainda estão na fase de refazer as suas vidas, e não possuem terras para agricultura, e não só, como também começaram a fazer inscrições para a fixação das pensões. Por outro lado, existem mulheres que foram feridas na guerra dos 16 anos e trataram a *pensão de invalidez*¹³, estas, para além do subsídio de reinserção que recebem de três em três meses, têm a pensão de invalidez que recebem mensalmente:

Agora recebo pensão de invalidez, eram 10.000mt, mas agora recebo 7000 por causa da prestação do banco e recebo todos os meses. Fui ferida na guerra dos 16 anos, tratei essa pensão em Maputo no ano de 2013 (Maria, 16 de Setembro de 2023, Chimoio).

O valor da pensão de invalidez, depende da patente e do nível do ferimento que a pessoa adquiriu durante a guerra, ou seja, tem direito à pensão de invalidez quando tenha contraído incapacidade permanente, parcial ou total, igual ou superior a 20%, independentemente do serviço militar prestado, desde que a incapacidade resulte de acidente em operações militares ou com elas relacionadas¹⁴ :

¹³ O desmobilizado tem direito a pensão de invalidez quando tenha contraído incapacidade permanente, parcial ou total, igual ou superior a 20%, independente do tempo de serviço militar prestado, desde que a incapacidade resulte de acidente em operações militares ou com elas relacionadas.

¹⁴ ¹⁴ Decreto 12/2023, de 04 de Abril: estabelece benefícios de segurança social aos desmobilizados no âmbito do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, aprovado pela Lei 11/2019, de 12 de Setembro

Tenho pensão como capitã, recebo todos os meses, essa pensão tratei em 2015, essa pensão é de invalidez, fui ferida no pé, durante a guerra dos 16 anos, mas é para a toda vida. Para tratar invalidez, tem que ir ao médico para ver a percentagem da ferida, se não for ferimento grande não recebem, olham o ferimento e o cargo, depois calculam o valor (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

Um dos maiores problemas da pensão de invalidez é a morosidade do processo para a sua fixação:

Tratei pensão de invalidez em 2012, me apresentei ao presidente, tratei os documentos, foram para Maputo, depois fiquei à espera, depois comecei a receber em 2018, comecei a receber 7000 como alferes. Fui aleijada quando lançavam Búzi, aquilo explodiu e eu estava perto. Havia nossos quadros de Maputo, que tratavam esses assuntos (Dulce, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi).

Para além do pagamento das pensões, o processo de reintegração ainda tem um longo caminho. É importante que se criem programas estruturantes e complementares que venham a contribuir para a “desmilitarização das mentes” dos ex-combatentes, seus familiares, das comunidades acolhedoras e da sociedade no geral (Alfazema & Massango, 2023).

4.6.2.3 Projectos de Reintegração:

Durante o acantonamento, foi feito um levantamento das necessidades das mulheres, a fim de se aferir as actividades económicas que gostariam de desenvolver, de modo garantir seu auto-sustento e da sua família (IMD, 2023), entretanto esses projectos ainda não estão a ser implementados:

Naquela coisa de projectos, eu disse que queria criar galinhas, mas até agora nada. Escrevemos em um papel, diziam escolhe o que você quer (Sipiwa, 16 de Setembro de 2023)

Pelo facto dos ex-combatentes que desmobilizaram entre 2020 e 2022 não terem ainda recebido um financiamento para os seus projectos, os recém-desmobilizados não se mostram confiantes sobre a credibilidade dos mesmos:

Falaram de projectos no tempo de registo, eu escolhi agropecuária, cada pessoa tinha que escrever nas fichas aquilo que iria fazer. Até agora ainda não se falou nada, mas não tenho garantia, porque esses que saíram em 2021 não tem projectos (Dulce, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi).

Especificamente, Celeste relata que não teve a oportunidade de escolher um projecto, porque estava doente, e foi considerada incapaz de reiniciar a sua vida:

Quando cheguei no acantonamento, já estava mal, por isso não escolhi nada, eu escolheria um projecto de moagem para poder fazer sentada, mas não me deram nenhum projecto, porque estava doente (Celeste, 21 de setembro de 2023, Chimoio).

4.6.2.4 Enquadramento nas FADM:

Para além dos projectos de reinserção, os Acordos de Paz e Reconciliação previam o enquadramento dos oficiais da RENAMO nas FADM. Este enquadramento seria feito mediante apresentação da lista pela RENAMO dos oficiais, cuja situação requer devida regularização, tanto em patente, tanto de afectação orgânica nas FADM¹⁵, em contrapartida as ex-guerrilheiras sentem-se excluídas, e sustentam que os homens é que tiveram prioridade para ser enquadrados:

Sobre ir a FADM, eles disseram que idade já não permite, dessa vez foram levados 10 soldados, e quanto aos restantes, o governo disse idade já não permite, só levaram homens. Nós mulheres estamos a ser baixadas, porque mesmo nesse grupo tínhamos de estar, não sei se é partido ou governo, no encontro entre Nyusi e Dlhakama disseram que íamos entrar, mas agora só entram homens (Cacilda, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

¹⁵ Lei n 11/2019 de 12 de Setembro: Atinente ao Acordo de Paz e Reconciliação Nacional. Assinado em Maputo, a 06 de agosto de 2019.

Por outro lado, a outra entrevistada sustenta que foi escolhida junto de outros colegas para integrar nas FADM, mas quando chegaram a Maputo não passaram do exame, e automaticamente tiveram que ficar de fora:

Quando estávamos lá, fomos escolhidos para ser polícias, escolheram 14 pessoas e chegamos no Maputo e fomos excluídos por causa do exame que nos fizeram, foi uma coisa de 7 homens e 7 mulheres (Constância, 04 de Outubro de 2023, Chimoio).

A faixa etária e as condições físicas das mulheres da RENAMO, contribuíram de certo modo para a não integração nas FADM, pois a idade mínima das desmobilizadas entrevistadas é de 45 anos.

4.6.3 Reintegração Política

A reintegração política pode ser entendida como a integração de ex-combatentes na sociedade civil, dando-lhes um interesse na paz e beneficiando a sociedade de forma mais ampla. Além disso, a participação política e a participação na sociedade civil, podem contribuir para a igualdade de género, dando às mulheres ex-combatentes acesso e voz em papéis e espaços dos quais podem ter sido anteriormente marginalizadas (Steenbergen, 2020). O que se pode notar, a partir das entrevistas, é que as mulheres da RENAMO, não tem participação política activa. A maior parte, junta-se ao partido fazendo campanhas de mobilização e trata de assuntos sociais, conforme refere a seguinte informante:

No partido não tenho cargo, como sai agora (15.06.2023), amanhã vou fazer mobilização, sou mãe presidente no bairro militar. Faço reunião com o bairro, mobilizar pessoas, dizer que não podem ser enganadas, enquanto estão a sofrer. Eu mobilizo o povo, sensibilizo a população (Madalena, 18 de Setembro de 2023, Vanduzi).

Para além das campanhas de mobilização, a reintegração política permite com que as mulheres tenham voz no partido, e participem nos processos de tomada de decisão e quebrem os estereótipos de que as mulheres são inferiores aos homens:

Costumamos participar nos processos de tomada de decisão, agora já não existe isso, agora somos mesmos, homem e mulher não tem diferença, agora estamos a trabalhar bem (Arminda, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

Por outro lado, se pode observar que algumas mulheres ainda se sentem estigmatizadas no seio do partido, conforme refere a seguinte entrevista:

As mulheres costumam ter voz, mas costumam roubar os nossos direitos, as mulheres são desprezadas, há igualdade, mas ainda não atingimos o problema do medo. No tempo de campanha, quando é para distribuir, as mulheres não recebem muito, os homens é que recebem (Anastácia, 18 de Setembro de 2023, Chimoio).

Na reintegração política, as mulheres são atribuídas funções no seio do partido com vista a sentirem-se valorizadas e não só, isso permite com que elas tenham voz nos processos de tomada de decisão. O facto de algumas se sentirem excluídas constitui um problema cuja solução é de fácil acesso. Mas uma coisa notável é o facto de que estas, politicamente só participam nas actividades do partido e isso revela que ainda não têm uma aceitação ao nível do governo, excepto quando se trata de eleições, pois todas têm o direito de eleger. Seria necessário que as mulheres tivessem mais informações, com vista a alavancar o seu conhecimento sobre as oportunidades de participação nos processos de tomada de decisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, teve como principal objectivo analisar as experiências das mulheres da RENAMO na “Segunda Guerra Civil” Moçambique. Primeiro, apresentaram-se as causas que levaram ao surgimento de um novo conflito armado, com destaque para o incumprimento do Acordo Geral de Paz em 1992, que previa o desarmamento das forças da FRELIMO e da RENAMO, constituindo desta forma um único exército nacional.

Entretanto, não se tendo cumprido com o acordo, em 2013 os ex-guerrilheiros da RENAMO decidiram reivindicar, iniciando desta forma, um novo conflito. Em suma, procuramos neste trabalho, trazer as diferentes motivações para a integração das mulheres da RENAMO na “segunda guerra civil”, na qual destacou-se a mobilização voluntária, onde cada uma das mulheres da RENAMO aderiu ao conflito com suas razões individuais, mas todas com o objectivo de reivindicar o que foi acordado aquando da assinatura do AGP, no ano de 1992 e não estava a ser cumprido. Quanto as actividades, as mulheres da RENAMO trabalhavam como cozinheiras, enfermeiras, infantaria, secretárias, guarda-costas, entre outras actividades, mas pouco participavam dos combates, pois essa era uma actividade exclusiva dos combatentes do sexo masculino.

Em Agosto de 2019, foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação, que previa o fim das hostilidades militares e a desmobilização dos guerrilheiros da RENAMO. Deste processo, as mulheres da RENAMO ficaram expectantes, sobre uma eventual reintegração económica, na qual cada uma delas podia reiniciar uma vida civil. Primeiramente, receberam um subsídio de reinserção de um ano, dividido em quatro tranches, enquanto esperavam pela regularização das pensões.

No entanto, o subsídio parou e as pensões não foram fixadas. Isso levou com que as ex-combatentes se revoltassem, e de certa forma tivessem um sentimento de arrependimento pelo facto de terem aderido ao processo de DDR, pois advogam que viviam bem nas matas, e actualmente não possuem uma base económica para o seu auto-sustento e das suas famílias.

Com a demora no processo da fixação das pensões, maior parte das mulheres juntou-se a prática da agricultura, comércio informal e a actividades ligadas ao partido, como campanhas de mobilização comunitária e assuntos sociais do partido. Espera-se que a situação da fixação das

pensões seja regularizada, de modo que este processo seja mais justo, quando comparado ao da ONUMOZ em 1994.

Ao nível das comunidades, as mulheres da RENAMO são excluídas das reuniões e dos projectos de ajuda humanitária, e essa exclusão estende-se aos restantes membros da família, devido ao facto de pertencerem ao partido RENAMO, então este factor torna-se um dos grandes obstáculos para a reintegração efectiva das mulheres da RENAMO. Entretanto, estes aspectos colocam em causa o processo de paz no nosso país, pois geram descontentamentos, que futuramente podem gerar novos conflitos político-militares.

6.REFERÊNCIAS

Alfazema, D (2023) *Ainda existem desafios na reintegração de mulheres ex-combatentes*. IMD. Disponível em: <https://www.imd.org.mz/index.php/imprensa/noticias/562-ainda-existem-desafios-na-reintegracao-de-mulheres-ex-combatentes#:~:text=NOT%C3%8DCIAS,governante%20reconhece%20que> (Acesso: 27 de Março de 2023)

Alfazema, D. & Massango, G. (2023) *Fim do DDR em Moçambique: que caminhos para o futuro?* Policy Brief 2. Maputo: IMD, pp. 1–16.

Ball, N. (1995) Demobilization and Reintegration Support project (656-0235). Agency for international development.

Ball, N. (2006) *Disarmament, Demobilization and Reintegration: Mapping issues, Dilemmas and Guiding Principles*. Center for International policy. Netherlands Institute of International Relations.

Bannon, I. (2005) *Gender, Conflict and Development*. Washington DC. The World Bank.

Bene, T. (2021) *Processos de resolução de conflitos em Moçambique: análise da participação da igreja católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019)*. Universidade Eduardo Mondlane.

Beula, E. (2020) *Apenas 300 dos 5200 guerrilheiros da RENAMO foram desmobilizados e reintegrados, CDD*. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:EU:22dc4600-f9df-44cc-87b1-50f87ac2011c> (Acesso: 31 de Agosto de 2023).

Campos, L.M.C. (2003) *O Papel das Mulheres no Período de Transição para a Democracia em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto.

Carvalho, B.G. (2021) *A construção da Paz á luz dos processos de reforma do sector de segurança e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração: Uma análise da intervenção no Afeganistão entre 2001 e 2014*. Universidade Federal de Uberlândia, instituto de economia e relações Internacionais, Curso de Graduação em Relações Internacionais.

Carvalho, H.O. & Portella, J.J.C. (2017) ‘O papel das mulheres na reconstrução de sociedades pós-conflito’. *Revista Relações internacionais no Mundo Actual*, n 22, v. 1, pp. 1–12.

Cascais, A. (2023) ‘*Desmobilização da última base não depende da RENAMO*’. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/desmobiliza%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%BAltima-base-n%C3%A3o-depende-da-RENAMO/a-65228755#:~:text=Mirko%20Manzoni%2C%20enviado,n%C3%A3o%20tenho%20conheciment> o. (Acesso: 12 Outubro 2023).

Casimiro, I. (1986) *Transformação nas relações homem/mulher em Moçambique, 1960-74*. Universidade Eduardo Mondlane.

Casimiro, I. (2005) ‘Samora Machel e as relações de género’, in *Estudos Moçambicanos* 21. Maputo, pp. 55–84.

Chaimite, E. (2014) *indignai-vos*. ideias 61. Maputo: IESE, pp. 1–2. disponível em: https://www.iese.ac.mz/egidio-chaimite/pub/#:~:text=IDeIAS_N%C2%BA61%20%E2%80%93%20Indignai%2Dvos! (Acesso: 26 de março de 2023)

Chichava, S. (2015). Introdução. *Desafios Para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, p. 15.

Collier, P & Hoeffler, A. (2000) *Greed and Grievance in Civil War*, The World Bank, The World Bank research Group, Policy Research Working paper n 23355, Maio.

Cossa, D. (2023) Há luz verde para o início do pagamento de pensões de desmobilizados da RENAMO, Jornal O País. Disponível em: <https://opais.co.mz/ha-luz-verde-para-o-inicio-do-pagamento-de-pensoes-de-desmobilizados-da-RENAMO/#:~:text=Cerca%20de%20739,Termos%20%26%20Condi%C3%A7%C3%B5es> (Acesso: 24 Novembro 2023).

Cossa, S. & Palik, J. (2023) Mulheres e DDR em Moçambique: A Dinâmica excludente e Inclusiva dos Programas de DDR. GPS Policy Brief.

Da Silva, A.M. (2015). *Metodologia da Pesquisa*. 2a Edição. Fortaleza-Ceará.

Darch, C. (2018) *Uma história de sucesso que correu mal? O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung.

De Oliveira, P.S.N. (2022). *Manual de Mobilização Militar*. 227th edn. Brasil: D.O.U (1).

Dias, F. (2019) ‘Guerra Civil’, *Educa+Brasil*. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/guerra-civil#:~:text=armado%20caracterizado%20pela,comunidade%20entrar%20em> (Acesso: 11 Março 2024).

Diener, C.K. & Morais, C.S. (2020) *Força Feminina: O papel das mulheres na segunda guerra mundial e a redefinição da mulher na sociedade*, Salão do conhecimento.

Donnelly, P. (2022) *Gender and DDR: Lessons learned from DDR Research*.

Feijó, J. (2021) *O papel das mulheres no conflito em Cabo Delgado: entendendo os ciclos viciosos da violência*. Maputo: OMR & FES. Friedrich-Ebert-Stiftung.

Gouveia, H.F. (2023) *Mulheres Na Guerra*. Portugal.

Hall, P.A. and Taylor, R.C.R. (1996) ‘Political science and three new institutionalisms. Political studies, V. 44, n. 5

Hall, P.A. and Taylor, R.C.R. (2003) ‘As três versões do Neo-institucionalismo’. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26361369_As_tres_versoes_do_neo-institucionalismo#:~:text=neo%2Dinstitucionalismo%20n%C3%A3o,Press%2C%201986. (Acesso: 5 de Dezembro de 2023)

Hazen, J. (s.d) ‘Social integration of Ex-combatents after Civil War’. Disponível em: https://www.google.com/search?q=Social+Integration+of+Ex-Combatants+after+Civil+War+By+Jennifer+M.+Hazen%2C+PhD%EF%80%AA&oq=Social+Integration+of+Ex-Combatants+after+Civil+War+By+Jennifer+M.+Hazen%2C+PhD%EF%80%AA&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCjEyMDYwajBqMTWoAgiwAgE&sourceid=chrome&ie=UTF-8#:~:text=About%2044%2C700%20results,result%20of%20 (Acesso em: 26 de Março de 2024)

Human Rights Watch (2018) ‘“O próximo a Morrer” Abusos das forças de segurança do Estado e da RENAMO em Moçambique’, Human Rights Watch Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/01/12/313287#:~:text=Entre%20Novembro%20de%202015,N1%20nas%20prov%C3%ADncias%20de> (Acesso: 1 Dezembro 2023).

Igreja, V. (2015) *Os Recursos Da Violência e as Lutas Pelo Poder Político em Moçambique, Desafios Para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 48 –49.

IMD (2023) *Estudo sobre a Análise Situacional da Participação das Mulheres nos Processos de Paz e DDR em Moçambique*: Maputo.

ISRI & MULEIDE (2020) *Impacto dos Conflitos Armados na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique*. Lawyers without Borders: Canada.

Jensen, K. (2014) Womans Mobilization in war (USA), *International Encyclopedia of the first world war*.

Jonas, E. & Villanueva, F. (2007) *Violências esculpidas*. Universidade Complutense. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/eliane-jonas-coord/violencias-esculpidas/1544089854#:~:text=VIOLENCIAS%20ESCULPIDAS,Adicionar%20%C3%A0%20lista> (Acesso: 13 de Julho de 2023)

Kerlinger, Fred.N. (1980) *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo.

Kingama, K. (2020) *Um olhar ao DDR em curso em Moçambique: Discussões francas sobre planos realísticos de reintegração crucial para o sucesso da operação*. Policy Brief No. 9. Maputo: EISA, pp. 1–8.

Littlejohn, G. (2015) *Secret Stockpiles: Arms caches and disarmament efforts in Mozambique*. Nina Behrman and Estelle Jobson. Geneva, Switzerland: Small arms Survey.

Magaia, Januário (2023) ONU espera paz efectiva após fecho da última base de ex-combatentes’, *ONU NEWS*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816092#:~:text=combatentes%2C%20incluindo%20100-,mulheres.%20Na%20pr%C3%B3xima%20semana%2C%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o>

%20participa%20em%20cerim%C3%B4nia%20oficial%20marcando,DDR,-RENAMO (Acesso: 31 Agosto 2023).

Marchar, J. & Olsen, J. (1984) Elaborando o novo institucionalismo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240972732_Neo-institucionalismo_Fatores_organizacionais_na_vida_politica#:~:text=Neo%2Dinstitucionalismo%3A%20Fatores%20organizacionais%20na%20vida%20pol%C3%ADtica,ais%20id%C3%A9ias%20possuem%20uma%20raza%C3%A1vel%20base%20emp%C3%ADrica (Acesso: 26 de Março de 2024)

Mazula, B. *et al.* (1997) *Projecto “Sociedades pós-guerra: Caso De Moçambique”* (Agosto de 1995-Junho de 1997) Relatório Final, *War-Torn Societies Project..* United Nations Institute For Social Development Programme for Strategic and international security studies, Mozambique.

Ministério da Defesa (2015) *Glossário das Forças armadas*. 5a Edição. Brasil.

Mueia, M. (2016) *Moçambique: Membros da RENAMO fogem com medo de perseguições, DW África*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-membros-da-RENAMO-fogem-com-medo-de-persegui%C3%A7%C3%B5es/a-36777696#:~:text=POL%C3%8DTICA,Jaime%20defende%20que%2C> (Acesso: 1 de Dezembro de 2023).

Muianga, E. (1996) *Mulheres e guerra: Reintegração social das mulheres regressadas das ‘Zonas da RENAMO’ no Distrito de Mandlakazi*. Universidade Eduardo Mondlane.

Neves, H. (2015) *Mulheres na primeira guerra mundial: Mudança e permanências*. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/9582#:~:text=Utilize%20este%20identificador,protegidos%20por%20leis> (Acesso: 08 de Junho de 2023)

Neves, J.L. (1996) ‘*Pesquisa Qualitativa- Características, Usos e Possibilidades*’, 1. Disponível em: [https://scholar.google.com/scholar?q=neves,+j.l.\(1996\)+%E2%80%98pesquisa+qualitativa-+caracter%C3%ADsticas,+usos+e+possibilidades%E2%80%99,+1.&hl=en&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart#:~:text=Scholar,Related%20articles%20All](https://scholar.google.com/scholar?q=neves,+j.l.(1996)+%E2%80%98pesquisa+qualitativa-+caracter%C3%ADsticas,+usos+e+possibilidades%E2%80%99,+1.&hl=en&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart#:~:text=Scholar,Related%20articles%20All) (Acesso: 19 de Maio de 2023)

Pacheco, M. (2018) *A participação das mulheres nos processos de paz: uma perspectiva de género a luz da resolução 1325 sobre mulheres, paz e segurança*. Universidade de Coimbra.

Segal, M.W. (1995) ‘Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada. Passado, Presente e Futuro’, pp. 15–43.

sn (2008) ‘Mobilização social’.

Steenbergen, M. (2020) *Female Ex-combatants, peace and reintegration: Reflections on Disarmament, Demobilization, and Reintegration Programmes in Liberia and Nepal*. Centre for Women, Peace and Security.

Steenken, C. (2017) *Disarmament, Demobilization, and reintegration: A practical overview*. yvan conoir. 1309 Jamestown Road, Suite 202: Peace operations training institute (Harvey J.Langoltz).

Timóteo, A. (2019) *Afonso Dhlakama: A longa luta em defesa da democracia*. Moçambique (9861/RLINLD/2019).

United Nations (1999) *Disarmament, Demobilization and Reintegration of ex-combatents in a peacekeeping environment*. New York, USA.

United Nations (2000) *The role of united nations peacekeeping in disarmament, demobilization and reintegration*, New York, USA p. 2.

United Nations (2009) *Social Development Department: conflict, Crim and Violence*. New York USA p. 119.

Veale, A. (s.d) *Girls and Women in armed conflict*. Disponível em:: <https://www.files.ethz.ch/isn/118373/85%20Full.pdf>. (Acesso: 4 de Dezembro de 2023)

Vines, A. (2013) *RENAMO's Rise and Decline: The politics of reintegration in Mozambique*. *International Peacekeeping*, V.20, n. 3 pp. 375-393

Vines, A. (2019) *‘As perspectivas de um Acordo Sustentável em Moçambique: a terceira é de vez?’* Chatham House, The Royal institute of International Affairs: Africa Programme.

Vines, A. (2021) *Violence, peacebuilding in Mozambique since Independence: The state of peacebuilding in Africa: Lessons learned for Policymakers and Practitioners*. Terrence McNamee & Monde Muyangwa. Washington DC.USA: Springer international publishing.

Weimer, B. and Bueno, N. (2020) *‘Paz e Reconciliação em Moçambique: conjunturas Críticas e Dependência da trajectória’*, *Desafios Para Moçambique 2020*. Maputo: IESE, pp. 65–86.

Weissheimer, M (2016) *A Luta incomum das mulheres curdas*. Outras Mídias. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-luta-incomum-das-mulheres-curdas/#:~:text=luta%20incomum%20das,as%20ideias%20do> (Acesso: 27 de Março de 2024)

Legislação

1. Lei 13/92 de 14 de Outubro de 1992 - Aprova o Acordo Geral de Paz.
2. Lei 29/2014 de 9 de Setembro - Aprova o Acordo de Cessação das Hostilidades Militares.
3. Lei 11/2019 de 12 de Setembro – Aprova o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.
4. Decreto 12/2013 de 4 de Abril – Estabelece benefícios de segurança social de desmobilizados no âmbito do Acordo de Maputo.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Mobilização

1. Quando é que entrou para o segundo conflito?
2. Qual foi a motivação para a adesão ao conflito?
3. Com quem foi?
4. O que aconteceu durante a viagem?
5. Quando chegou a base, quem a recebeu?
6. O que lhe disse?
7. Receberam treinamento? Por quanto tempo?
8. Depois do treinamento, foram levados para algum lugar?
9. O que lhe levou a permanecer nas bases?

Papel

1. O que fazia nas bases?
2. Se movimentavam de uma base para outra, em que circunstâncias isso acontecia?
3. Como estavam organizadas as bases?
4. Como era feita a distribuição de tarefas?
5. Tinha algum cargo?
6. Qual era o critério de selecção para cargos de chefia?
7. Quanto tempo levavam para a mudança de patente?
8. Participavam de forma directa nos ataques?
9. Em quais ataques costumavam participar, e qual era o seu papel?
10. Recrutavam outras mulheres?

11. Recebiam salários? Se sim, quanto é que recebiam?
12. Que relações tinham com outros militares? Homens e mulheres

Desmobilização e Reintegração

Reintegração Social

1. Quando saiu das bases?
2. Para onde foi?
3. Passou por algum ritual? Se sim, em que consistia?
4. Como foi recebida na sociedade?
5. Quem a recebeu?
6. O que lhe disseram quando chegou?
7. Foi apresentar-se em algum sítio?
8. Tem participado nas reuniões da comunidade?
9. Não é discriminada?
10. Nunca foi excluída de algum evento por ser ex-guerrilheira?

Reintegração Económica

1. Quando saiu das bases, o que recebeu como forma de garantir a sua sobrevivência?
2. As outras mulheres, que estiveram nas bases, mas exercendo outros papéis, será que foram reintegradas economicamente? Recebem apoio?
3. Quanto ao subsídio de reinserção, está satisfeita com o valor que recebe?
4. Quando o subsídio parou de entrar, aonde foi reclamar sobre a fixação das pensões? E o que lhe disseram?
5. Qual foi o projecto que escolheu? Está em andamento?

6. Para além dos projectos, houve mais promessas? Se sim, foram concretizadas?
7. Recebeu machamba?
8. O que tem feito actualmente?
9. Sobre a fixação das pensões, foi se inscrever?
10. E como está a decorrer o processo de fixação das pensões? Há alguma esperança?

Reintegração Política

1. Costuma ir votar?
2. Exerce alguma actividade no partido? Se sim, qual?
3. Promove debates políticos?
4. Faz campanhas?
5. Participa nos processos de tomada de decisão do partido?
6. Como lhe olham no partido, já foi excluída em alguns eventos por ser mulher?
7. Tem a liberdade de escolher em qual partido pretende fazer parte?
8. Participa em actividades que envolvem outros partidos?